

**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

SBN Quadra 1, Lote 30, Bloco F, 18º andar, Ed. Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-908
Telefone: (61) 3251-8503 e Fax: n/a - <http://www.sudeco.gov.br>

Ofício nº 96/2016/CFCO/CGGFPI/DIPGF - SUDECO

Brasília, 02 de agosto de 2016.

A Sua Excelência o Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Palácio do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70.160-9000 Brasília (DF)

Assunto: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

- Relatório de Gestão do FCO referente ao exercício de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Com os nossos cordiais cumprimentos, fazemos referência aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que dispõem sobre a fiscalização e o controle dos relatórios do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) pelas comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como pela Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.
2. A propósito, encaminhamos a Vossa Excelência o relatório do Banco do Brasil S.A. sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no exercício de 2015, as Demonstrações Contábeis de 31.12.2015 devidamente auditadas, o Parecer n.º 07/2016-SUDECO, de 08.06.2016, e a Resolução Condelsudeco n.º 050/2016, de 06.07.2016, publicada no DOU de 20.07.2016, Seção 1, p. 15.
3. Informamos que o referido Relatório foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme Resolução Condelsudeco n.º 050/2016, de 06.07.2016, publicada no DOU de 20.07.2016, Seção 1, p. 15.

Respeitosamente,

CLEBER ÁVILA

Superintendente

Documento assinado eletronicamente por **Cleber Ávila**, Superintendente, em 02/08/2016, às 16:17,



conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://bit.ly/292Spi1>, informando o código verificador **0003795** e o código CRC **61B03AEE**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 59800.600378/2016-19

SEI nº 0003795

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília (DF) – 2016



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN TCU n.º 146/2015, da Portaria TCU n.º 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria CGU n.º 522/2015.



Lista de Siglas e Abreviações

ABC – Agricultura de Baixo Carbono

BB – Banco do Brasil S.A.

CASE - Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudeco

CDE – Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal

CGU – Controladoria Geral da União

CMN – Conselho Monetário Nacional

CONDEL/SUDECO – Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

CONVIR – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural

DN– Decisão Normativa

DOU – Diário Oficial da União

EI – Empreendedores Individuais

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

GPO – Gestão de Passivos

ILPF – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

LOA – Lei Orçamentária Anual

MF – Ministério da Fazenda

MGE – Médias e Grandes Empresas

MI – Ministério da Integração Nacional

MPE – Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas

OCI – Órgão de Controle Interno

PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária

PDCO – Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PPA – Plano Plurianual



PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAF-RA – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Reforma Agrária

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIG – Sistema de Informações Gerenciais

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

TCU – Tribunal de Contas da União

UF – Unidade Federativa

UJ – Unidade Jurisdicionada

UPC – Unidade Prestadora de Contas

UO – Unidade Orçamentária

SFCI – Secretaria Federal de Controle Interno

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão



Lista de Quadros e Gráficos

<u>Quadros:</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Contratações por Programa de Financiamento e UF.....	18
Quadro 2 – Contratações por Porte e UF	19
Quadro 3 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente.....	25
Quadro 4 – Projetos do setor de turismo	29
Quadro 5 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços.....	35
Quadro 6 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde.....	35
Quadro 7 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais	36
Quadro 8 – Realização da previsão orçamentária	37
Quadro 9 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	38
Quadro 10 – Despesas por Modalidade de Contratação	38
Quadro 11 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	39
Quadro 12 – Indicadores e metas de gestão de desempenho	40
Quadro 13 – Demonstração de Resultado do exercício	46
Quadro 14 – Saldos por programa e UF.....	47
Quadro 15 – Saldos por porte e UF.....	48
Quadro 16 – Carteira por risco de crédito	48
Quadro 17 – Saldos vincendos e vencidos	49
Quadro 18 – Saldos vincendos e vencidos por Programas.....	49
Quadro 19 – Inadimplência por Risco (por parcelas)	50
Quadro 20 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício.....	52

Gráficos:

Gráfico 1 – Comparativo dos valores previstos e realizados em apoio à agricultura familiar nos exercício de 2013/2014 e 2015 (R\$ mil)	20
Gráfico 2 – Comparativo dos valores previstos e realizados em apoio aos tomadores de menor porte nos exercícios de 2013/2014 e 2015 (R\$ mil)	20



Lista de Anexos

<u>Anexos:</u>	<u>Página</u>
Anexo 1 – Avaliação dos Controles Internos.....	54
Anexo 2 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	55
Anexo 3 – Notas Explicativas Conciliatórias dos Regimes Adotados (Lei n.º 4.320/1964 e 6.404/1976).....	56



Sumário

1	APRESENTAÇÃO.....	9
2	VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	11
2.1	Finalidade e Competência	11
2.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	12
2.3	Organograma.....	13
3	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	14
3.1	Planejamento organizacional.....	14
3.1.1	Descrição sintética dos objetivos do exercício	16
3.1.1.1	Contratações do exercício	18
3.1.1.2	Atividades prioritárias	19
3.1.2	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	36
3.2	Desempenho Orçamentário	36
3.2.1	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	37
3.2.2	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	37
3.2.3	Restos a pagar de exercícios anteriores	37
3.2.4	Informações sobre a realização das receitas	38
3.2.5	Informações sobre a execução das despesas	38
3.3	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	40
4	GOVERNANÇA	43
4.1	Descrição das estruturas de governança.....	43
4.2	Gestão de riscos e controles internos	44
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	45
5.1	Canais de acesso ao cidadão.....	45
5.2	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	45
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	46
6.1	Desempenho financeiro no exercício	46
6.2	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	47
6.3	Evidenciação do <i>del- credere</i> das demonstrações contábeis.....	47
6.4	Notas explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/64 e 6.404/76)	47
6.5	Informações sobre as operações de financiamento	47
7	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	51



7.1	Gestão de pessoas.....	51
7.2	Gestão da tecnologia da informação	51
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	52
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	52
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	52



1 APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao Exercício de 2015, está estruturado de acordo com a Instrução Normativa TCU n.º 63, de 01.09.2010, da Decisão Normativa TCU n.º 146, de 30.09.2015, da Portaria TCU n.º 321, de 30.11.2015 e da Portaria CGU n.º 522, de 04.03.2015.

Seguindo a estrutura definida nestes normativos, o Relatório de Gestão apresenta, dentre outros assuntos, informações orçamentárias, gerenciais, operacionais, financeiras, contábeis e estratégicas, acerca da gestão dos recursos do Fundo.

O Relatório de Gestão do FCO do Exercício de 2015 destaca as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício a que se refere. É, portanto, por meio dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram alcançados.

Como principais realizações do Exercício podemos destacar:

- a) a ação creditícia do FCO alcançou o montante de R\$ 5.274,5 milhões, o que corresponde a 87,5% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 6.027,3 milhões). O setor empresarial atingiu o total de R\$ 2.434,2 milhões (46,2% do total contratado) e o setor rural R\$ 2.840,3 milhões (53,8% do total contratado);
- b) no período em análise, 52.900 empreendimentos foram beneficiados com recursos do FCO, sendo 18.624 operações no setor empresarial (35,2% das operações contratadas) e 34.276 operações no setor rural (64,8% das operações contratadas);
- c) do total das operações contratadas no período, 13.549 (25,6%) foram contratadas com novos beneficiários. As ações desenvolvidas pelo Banco, em conjunto com os governos federal e estaduais e com outros parceiros, buscam permanentemente incrementar o nível de contratação de operações, inclusive para novos beneficiários;
- d) as linhas de financiamento dos programas de apoio à agricultura familiar, foram o segmento que mais contrataram operações no período, 25.744 operações o equivalente a 48,7% das operações contratadas no período, enquanto as demais linhas de desenvolvimento rural foram as que demandaram mais recursos financeiros R\$ 1.885,1 milhões, o equivalente a 35,7% do total financiado no período;
- e) as contratações com o segmento de empreendimentos com os tomadores de menor porte (mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações), foram responsáveis por 83,3% do total contratado no exercício (R\$ 4.395,0 milhões), bem acima do percentual previsto na Programação do FCO para 2015 de 51,0%;
- f) os 467 municípios integrantes da Região Centro-Oeste, contaram com financiamentos com recursos do FCO. Nesse ponto é importante salientar que a rede de atendimento do BB alcança todas as comunidades organizadas do centro-oeste, dispondo sempre de um ponto de atendimento próximo dos produtores rurais e dos empresários, onde estes podem apresentar as suas propostas de financiamento.

Como principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos no exercício, podemos destacar:



- a) os municípios prioritários integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia na PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, contrataram 32.304 operações de crédito (61,1% do total contratado) e foram responsáveis pelo montante de R\$ 2.703,7 milhões em recursos financiados (51,3% do total financiado), um pouco abaixo da meta esperada para o exercício de 57,0%;
- b) em relação a previsão de aplicação de recursos por UF, verifica-se que apenas o estado de GO ultrapassou o valor previsto para 2015, com meta de 30,8% atingiu 33,9%. Os demais estados, DF (meta de 15,0% atingiu 13,3%), MS (meta de 24,4% atingiu 23,5%) e MT (meta de 29,9% atingiu 29,3%), ficaram um pouco abaixo do esperado.



2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 Finalidade e Competência

Por meio da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o Artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, foi criado o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste do Brasil, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento (PRD).

Conforme art. 13 da Lei 7.827/1989, a administração do FCO é exercida conjuntamente pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), Ministério da Integração Nacional (MI) e Banco do Brasil S.A. (BB), observadas as atribuições previstas na legislação.

Ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, cabe:

- a) estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do Fundo, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- b) aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- c) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais; e
- d) encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, a que se refere o item b), juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

O Ministério da Integração Nacional é responsável por:

- a) estabelecer as diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR;
- b) repassar ao Banco do Brasil os recursos transferidos para o Fundo pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e
- c) estabelecer diretrizes para repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

O Banco do Brasil tem como atribuições:

- a) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Condel/Sudeco;
- b) definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes do programa de financiamento aprovado pelo Condel/Sudeco;



- c) analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir créditos;
- d) formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo;
- e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao MI e ao Condel/Sudeco; e
- f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos e a renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

No desenvolvimento das atribuições de administrador do Fundo, o BB exerce, entre outras, as seguintes atividades:

- a) controle financeiro, orçamentário e contábil do Fundo;
- b) prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU);
- c) prestação de informações gerenciais ao Condel/Sudeco, MI, e outros órgãos públicos federais e estaduais;
- d) elaboração da programação anual de aplicação dos recursos;
- e) elaboração semestral de relatórios de atividades e resultados obtidos;
- f) publicação do balanço semestral;
- g) normatização interna das diretrizes para aplicação dos recursos;
- h) elaboração de literatura para divulgação da programação ao público interno e externo;
- i) acompanhamento e manutenção das normas operacionais;
- j) elaboração e acompanhamento das cláusulas, instruções e metodologias financeiras;
- k) registro de repasses nas contas de recursos do Fundo;
- l) enquadramento das cartas-consultas às normas do Fundo;
- m) representação do Fundo junto a órgãos de desenvolvimento estadual;
- n) manter relacionamento com entidades representativas dos segmentos produtivos e dos trabalhadores;
- o) acolhimento e análise de cartas-consultas;
- p) análise da viabilidade técnica e econômica de projetos;
- q) estudo e deferimento das operações;
- r) formalização dos contratos;
- s) acompanhamento das operações;
- t) acompanhamento e controle de operações inadimplidas;
- u) negociação para recuperação de dívidas; e
- v) campanhas publicitárias para divulgação do Fundo e promoção de eventos ligados aos setores produtivos da Região.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 159, inciso I, alínea “c”, determina que a União entregará, para aplicação em programas de financiamentos ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, três por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.



A Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, regulamentou a previsão constitucional, e instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

2.3 Organograma

As informações solicitadas no subitem não foram incluídas neste relatório, pois o Fundo não possui quadro próprio de servidores.



3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento organizacional

Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Esses recursos são oriundos da arrecadação tributária da União, onde uma parcela é destacada para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do país.

No cumprimento de seu dever institucional, o MI elaborou, em 2007, o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, instrumento norteador das ações do MI na construção de alianças e parcerias com atores públicos e privados, com vistas à implementação de políticas, programas e projetos para o desenvolvimento sustentável da Região Centro Oeste.

O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020), por força do Artigo 4º, inciso II da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, tem como objetivo orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade, bem como preparar a região para os desafios do futuro. Neste sentido, o plano constitui referencial para negociação e implementação articulada de projetos de desenvolvimento, que envolve o governo federal, por meio de seus órgãos, ministérios, governos estaduais e diversos segmentos da sociedade centro-oestina.

Neste sentido, o Banco do Brasil elabora anualmente, até 30 de setembro, a proposta de aplicação dos recursos para o exercício seguinte, observando as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelas instâncias competentes, conforme descrito a seguir:

- a) as diretrizes estabelecidas no Artigo 3º da Lei n.º 7.827/1989;
- b) as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo MI (Portaria n.º 298, de 14.08.2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 18.08.2014;
- c) as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco (Resolução n.º 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014);
- d) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- e) o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO); e
- f) as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

Para efeito de aplicação dos recursos do FCO para o Exercício de 2015, foram consideradas prioritárias as atividades, propostas pela Sudeco, com base nas sugestões das UFs, e aprovadas pelo Condel/Sudeco, conforme relacionadas a seguir:

- a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro, pequenas e pequeno-médias empresas, suas cooperativas e associações;
- b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;



- c) projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas;
- d) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada;
- e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos;
- f) projetos da indústria de alimentos;
- g) projetos dos setores comercial e de serviços, prioritariamente:
 - as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais;
 - a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.);
 - a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares;
 - a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino e de prática de esportes;
 - o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços deficientes tecnologicamente e que necessitem de modernização;
 - projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada;
 - projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
 - municípios da Faixa de Fronteira;
 - municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
 - municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
 - municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste Goiano.

Os financiamentos com recursos do Fundo estão segmentados por setores produtivos (Empresarial e Rural), sendo os recursos aplicados no âmbito dos seguintes programas e linhas de financiamentos:

Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas (MPE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.

Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE;



- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.

Programa de FCO Rural:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (Convir);
- Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza; e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e
- Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf; e
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Reforma Agrária (Planta Brasil).

Programa de FCO para Repasse:

- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e
- Programa de FCO Rural para Repasse.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

No Exercício de 2015, a ação creditícia do FCO esteve alinhada às diretrizes definidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, aos objetivos da PNDR; às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal e às prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco. Assim, a aplicação dos recursos do Fundo em 2015 observou as seguintes diretrizes:

- a) concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;
- b) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e empreendedores individuais, pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matéria-prima e mão-de-obra locais, às que produzem alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- c) preservação do meio ambiente;
- d) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- e) conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- f) uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário, de forma a



- atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- g) apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
 - h) proibição de aplicação de recursos a fundo perdido; e
 - i) divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento.

A integração do BB com o MI, Condel/Sudeco, governos estaduais e do DF, dentre outros parceiros, tem sido de grande relevância e contribuído para a implantação de ações que objetivam a melhor divulgação do FCO em diversas reuniões e eventos, bem como para aplicação mais efetiva dos recursos do Fundo, aderente às diretrizes exaradas pelos administradores e órgãos de controle.

Destacamos a seguir algumas dessas ações realizadas nos estados no Exercício de 2015:

- realização de palestras junto as entidades de classe, federações, associações para disseminação de informações sobre as linhas de financiamento com recursos do FCO;
- prestação de atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas pelos CDE;
- parcerias junto a Secretarias Econômica e de Turismo do DF com intuito de prospectar novas operações;
- desafios de originação/prospecção de operações de investimento junto a rede de agências;
- elevação do valor obrigatório para apresentação de carta consultas no DF para R\$ 1,0 milhão diminuindo o prazo de análise das propostas;
- parcerias junto a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de GO, Sebrae e entidades de classe;
- treinamento junto à rede visando melhor aproveitamento dos recursos, além do melhor direcionamento das linhas e programas do FCO;
- reuniões com empresas de consultoria e assistência técnica para disseminação de informações sobre as linhas do FCO;
- realização de palestras sobre as linhas de investimento em eventos voltados para o turismo regional em MT;
- divulgação pela assessoria de imprensa da Superintendência do BB em MT da disponibilidade de recursos na Linha de Desenvolvimento de Turismo Regional;
- participação do BB em reunião realizada no Comitê Regional das Instituições Financeiras (CRIFF); e
- participação do BB em reunião realizadas no Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudeco (CASE).

Objetivando atender às diretrizes e prioridades previstas, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), em parceria com os governos estaduais e com a participação do BB, promoveu um ciclo de encontros para a divulgação das linhas de financiamento, com o intuito de contribuir para o fomento de atividades produtivas e o desenvolvimento regional.

Com esse objetivo em 2015, foram realizados 03 Workshops sobre Linhas de Financiamento para Empresas e Produtores Rurais da Região Centro-Oeste, realizados nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Destacamos ainda, a participação do BB nas reuniões do Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudeco (CASE), realizadas em 16.04.2015, em Cuiabá (MT) e



02.07.2015, em Campo Grande (MS), com a participação de representantes dos Governos dos quatro Estados da Região Centro-Oeste, representantes de Secretarias de Estado e de entidades de classe, associações e federações de comércio e indústria.

Essas ações, não esgotam a atuação do Banco do Brasil, no Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. O BB emprega na administração e aplicação dos recursos do Fundo, a mesma estrutura utilizada para condução de negócios com recursos próprios, de tal forma que todos os investimentos realizados pelo Banco em infraestrutura operacional, em capacitação de funcionários e em tecnologia da informação, são também refletidos na gestão do FCO.

Destaca-se que os processos, sistemas e metodologias de crédito do Banco estão em constante aperfeiçoamento, com permanente foco na solução de entraves que eventualmente dificultem a oferta e a contratação de crédito com recursos do FCO, sem perda de qualidade na sua concessão.

No ano de 2015, no cumprimento do seu papel de indutor do desenvolvimento da Região Centro-Oeste, o FCO realizou ações articuladas para alcançar os seus objetivos, cujos principais resultados destacamos adiante.

3.1.1.1 Contratações do exercício

O Quadro a seguir apresenta a distribuição das operações contratadas no período por Programa de Financiamento e UF:

Quadro 1 – Contratações por Programa de Financiamento e UF

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Programas	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	4.691	504.849	5.033	868.297	4.313	466.917	4.587	594.141	18.624	2.434.205
Industrial	436	54.110	1.821	366.364	1.160	101.710	1.055	189.623	4.472	711.806
Infraestrutura	7	3.222	85	49.101	8	1.776	12	6.177	112	60.275
Turismo	424	44.624	348	58.215	558	48.870	352	68.010	1.682	219.720
Comércio e Serviços	3.824	402.894	2.779	394.618	2.587	314.561	3.168	330.331	12.358	1.442.404
Rural	1.237	198.050	13.743	920.476	7.768	770.472	11.528	951.295	34.276	2.840.293
Pronaf Demais	372	12.373	10.202	333.069	4.474	135.266	9.622	453.754	24.670	934.462
Pronaf-RA	35	850	135	2.613	746	13.474	158	3.780	1.074	20.718
Demais Rurais	830	184.827	3.406	584.793	2.548	621.731	1.748	493.762	8.532	1.885.114
Total Geral	5.928	702.899	18.776	1.788.773	12.081	1.237.389	16.115	1.545.437	52.900	5.274.498

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Em relação ao exercício de 2014, em 2015 houve crescimento de 37,5% na quantidade de operações contratadas de 38.474 para 52.900.

Esse crescimento observado, se deve em sua maioria as operações contratadas nas Linhas do Pronaf Demais que foram responsáveis pela contratação de 46,6% das operações no exercício (24.670), com destaque para os Estados de GO (10.202) e MT (9.622) que realizaram o maior número de contratações nesta Linha.

Em relação ao volume de recursos aplicados houve decréscimo de 7,6% em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 5.706,3 milhões em 2014 e R\$ 5.274,5 milhões em 2015).



Os empreendimentos do setor empresarial foram responsáveis pela contratação de 18.624 operações (35,2% das operações contratadas) e com volume total de R\$ 2.434,2 milhões (46,2% do valor financiado), um pouco abaixo do percentual previsto na Programação do FCO para 2015 de 47,2% .

Os empreendimentos do setor rural que foram responsáveis pela contratação de 34.276 operações (64,8% das operações contratadas) e com volume total de R\$ 2.840,3 milhões (53,8% do valor financiado) , superior ao valor previsto na Programação do FCO para 2015 de 52,9%.

As contratações no Exercício de 2015, por porte do beneficiário e UF estão representadas no Quadro a seguir:

Quadro 2 – Contratações por Porte e UF						
(R\$ mil)						
Porte	DF	GO	MS	MT	Total	(%)
Grande	8.578	282.780	77.043	108.506	476.907	9,0
Médio	64.002	120.997	127.565	90.009	402.573	7,6
Subtotal	72.580	403.777	204.608	198.515	879.480	16,7
Pequeno-médio	187.984	206.912	262.595	246.266	903.757	17,1
Pequeno	410.089	895.150	661.402	897.394	2.864.035	54,3
Mini/Micro	31.847	282.887	108.302	203.237	626.273	11,9
EI	399	46	483	25	953	-
Subtotal	630.319	1.384.996	1.032.782	1.346.922	4.395.018	83,3
Total Geral	702.899	1.788.773	1.237.389	1.545.437	5.274.498	100,0

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Os tomadores de menor porte (pequeno-médio, pequeno, micro/mini, empreendedores individuais) contrataram R\$ 4.395,0 milhões (83,3%), enquanto os tomadores de maior porte (grande e médio) contrataram R\$ 879,5 milhões (16,7%).

Em relação ao exercício de 2014, em 2015 houve crescimento de 7,2% no volume contratado com os tomadores de menor porte

Verifica-se que em todas as UFs as contratações dos tomadores de menor porte superaram as de maior porte (89,7% no DF; 77,4% em GO; 83,5% em MS; e 87,2% em MT), o que contribuiu para o atingimento do percentual de 51,0% dos recursos previstos na Programação do FCO para 2015.

3.1.1.2 Atividades prioritárias

A seguir destacamos os resultados alcançados, no Exercício de 2015, no atendimento às atividades consideradas prioritárias:

a) projetos de apoio à agricultura familiar (incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária), aos mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:

Foram financiados em 2015, 25.744 operações em apoio à agricultura familiar incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária (48,7% das operações contratadas), no valor de R\$ 955,2 milhões (18,1% dos financiamentos concedidos), representando 97,6% dos valores previstos para o segmento na Programação do FCO para 2015 (R\$ 978,6 milhões).



As contratações no âmbito do Pronaf proporcionaram a geração de aproximadamente 80 mil empregos diretos, sendo a Linha Pronaf Custeio a que mais contribui para esse resultado, pois teve o maior número de contratações (13.746 operações), atingindo o valor de R\$ 292,1 milhões (53,4% dos financiamentos realizados no Programa).

O gráfico a seguir demonstra o crescimento das aplicações no Programa nos últimos três exercícios em comparação com os valores previstos na Programação do FCO.

Gráfico 1 – Comparativo dos valores previstos e realizados em apoio à agricultura familiar nos exercícios de 2013/2014 e 2015 (R\$ mil)



Fonte: Relatório de Gestão de 2013/2014, Caderno de Informações Gerenciais de Dez/2015 e Programação do FCO para 2015

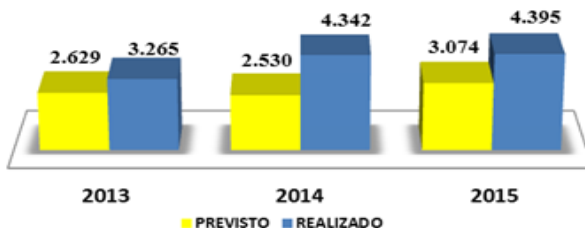
O bom desempenho das Linhas em apoio à agricultura familiar se deve à busca constante pela contratação de um maior número de operações com recursos do Fundo, bem como ao atendimento as prioridades de aplicação dos recursos do FCO.

No que se refere às contratações em projetos de apoio aos tomadores de menor porte (mini e pequenos produtores rurais, empreendedores individuais e micro e pequenas empresas), estes atingiram o montante de R\$ 4.395,0 milhões, representando 83,3% do valor total contratado no período (R\$ 5.274,5 milhões).

Em relação a quantidade de operações contratadas, os tomadores de menor porte registraram 52.309 operações, o que representa 98,9% da quantidade de operações contratadas no exercício de 2015 (52.900).

O gráfico a seguir demonstra o crescimento das aplicações em apoio aos tomadores de menor porte nos últimos três exercícios em comparação com os valores previstos na Programação do FCO.

Gráfico 2 – Comparativo dos valores previstos e realizados em apoio aos tomadores de menor porte nos exercícios de 2013/2014 e 2015 (R\$ mil)



Fonte: Relatório de Gestão de 2013/2014, Caderno de Informações Gerenciais de Dez/2015 e Programação do FCO para 2015



Ao analisar o desempenho das contratações com os tomadores de menor porte (quantidade de operações e volume aplicado), percebe-se que foram atendidas as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo, definidas na Lei n.º 7.827/1989, pelo MI e pelo Condel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequeno-médios, pequenos e mini produtores rurais, aos empreendedores individuais, e as micro, pequenas e pequeno-médias empresas e atender a um universo maior de beneficiários.

Cabe ressaltar que diversas ações do Banco Administrador contribuíram para esse resultado, dentre as quais merece destaque a intensificação da divulgação do Fundo aos tomadores de menor porte, principalmente em municípios de economia estagnada ou dinâmica.

b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 599,6 mil o número total de empregos gerados e/ou mantidos na região (227,7 mil diretos e 371,9 mil indiretos) no Exercício de 2015.

Se considerado o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até junho de 2015, estima-se que o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa a 6.061,5 mil.

Apresentamos a seguir, exemplos de projetos que atendem à prioridade:

Agência Contratante: 3382

Nº da Operação: 40/01088

Valor da Operação: R\$ 722.684,24

Finalidade: Aquisição de softwares e manutenção de serviços (centrais telefônicas)

Município: Brasília (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: empregos diretos

Empregos gerados ou mantidos: antes do investimento 600 empregos diretos, após o investimento 1.150 empregos diretos

Agência Contratante: 5560

Nº da Operação: 40/00187

Valor da Operação: R\$ 1.902.558,26

Finalidade: construção de cinco galpões para a criação de aves, sistema de criação de matrizes produtoras, mão de obra para terraplanagem e construção de casa e composteira

Município: Formosa (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: fortalecimento da cadeia de avicultura, arrecadação de impostos com reversão em benefícios sociais, geração de emprego e renda, redução do valor de comercialização do produto, via redução de custos e aumento da oferta de produtos



Empregos gerados ou mantidos: 60 empregos

Agência Contratante: 3388

Nº da Operação: 40/02168

Valor da Operação: R\$ 20.826.656,04

Finalidade: construção de novo centro de distribuição na Região Centro-Oeste por empresa de grande porte do ramo de ferragens

Município: Goiânia (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos na cadeia logística com desenvolvimento da região, incremento na prestação de serviços de manutenção de caminhões, comércio de peças, combustíveis, gerando renda e investimentos de cunho social

Empregos gerados ou mantidos: geração de 70 empregos diretos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 17/45934

Valor da Operação: R\$ 20.930.000,00

Finalidade: Implantação de unidade de esmagamento de soja com capacidade de 1.500 toneladas/dia

Município: Ipameri (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de novas empresas e renda no campo e na cidade, diversificação dos negócios locais, aumento da atividade comercial local, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, diversificação da produção industrial local e consolidação da cadeia produtiva da soja

Empregos gerados ou mantidos: gerados 50 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01247

Valor da Operação: R\$ 12.994.802,06

Finalidade: Financiar a aquisição de nova caldeira geradora de vapor, picador de lenha, construção de câmara fria de estocagem e aquisição de conjunto de incubadoras e nascedouros para o incubatório

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, criação de alternativa para a melhoria da renda familiar, inclusão de pequenos produtores rurais e de trabalhadores rurais no processo produtivo da agroindústria nacional e aumento na geração de riqueza regional.

Empregos gerados ou mantidos: gerados 435 novos empregos.

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01248

Valor da Operação: R\$ 5.040.000,00

Finalidade: Implantação de ERP – Software de Gestão Corporativa – SAP ECC 6.0, em substituição do atual TOTVS, tendo em vista o crescimento sustentável vertiginoso da empresa e a necessidade de utilização de novas tecnologias capaz de garantir a integridade dos processos e a perenidade do negócio no longo prazo



Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01251

Valor da Operação: R\$ 7.087.653,24

Finalidade: Implantação de um novo sistema de tratamento de efluentes, tendo em vista o crescimento sustentável da empresa, fato que requer cada vez mais a utilização de novas tecnologias capazes de garantir a sustentabilidade do negócio, bem como atender e cumprir as severas normas exigidas pelos órgãos reguladores do meio ambiente.

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: redução de carga poluidora; diminuição de uso de biomassa vegetal (madeira) na caldeira, sendo substituído pelo biogás, redução nas emissões de carbono, promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos.

Agência Contratante: 3933

Nº da Operação: 40/01883

Valor da Operação: R\$ 328.478,37

Finalidade: Implantação de lavanderia

Município: Itaquiraí (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos e desenvolvimento econômico da região

Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos

Agência Contratante: 0728

Nº de Operação: 40/005068

Valor da Operação: R\$ 2.556.271,33

Finalidade: Implantação de floresta de eucalipto

Município: Amaurilândia (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos na região, pois exigirá mão de obra para o plantio e manutenção da floresta, assim como beneficiará as revendas de defensivos agrícolas, lojas de peças, revendedores de combustível e lubrificante, viveiros de mudas, enfim todos os envolvidos direta e indiretamente no empreendimento

Empregos gerados ou mantidos: 3 empregos diretos e inúmeros empregos indiretos dentro da cadeia de produção florestal

Agência Contratante: 4776



Nº da Operação: 40/00511

Valor da Operação: R\$ 7.606.329,43

Finalidade: Implantação de floresta de eucalipto

Município: Selviria (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: diversificação da base produtiva do município com a produção de madeira para celulose e energia, estimulando outros setores da economia local, como a indústria de fertilizantes, insumos, construção civil e outros

Empregos gerados ou mantidos: 15 empregos diretos e 10 indiretos

Agência Contratante: 1881

Nº da Operação: 40/04989

Valor da Operação: R\$ 8.946.319,53

Finalidade: Construção de confinamento

Município: Rio Verde de Mato Grosso (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de recursos e empregos dentro da propriedade, fortalecimento da cadeia produtiva da produção de carne bovina e a movimentação da economia através da comercialização de insumos como medicamentos, adubos, suplementos minerais, etc.

Empregos gerados ou mantidos: 35 empregos diretos

Agência Contratante: 8628

Nº da Operação: 40/00753

Valor da Operação: R\$ 6.413.308,74

Finalidade: Melhoramento genético do rebanho bovino e reforma de pastagens

Município: Corumbá (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos, melhoria do bem estar social do homem do campo e sua família, fixando-os na área rural e utilização racional das pastagens com redução da emissão de carbono

Empregos gerados ou mantidos: 25 empregos diretos e 50 empregos indiretos

Agência Contratante: 3496

Nº da Operação: 40/02171

Valor da Operação: R\$ 8.677.392,00

Finalidade: Implantação de floresta de eucalipto

Município: Nova Andradina (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Diversificação da base produtiva do município com a produção de madeira para celulose e energia, estimulando outros setores da economia local, como a indústria de fertilizantes, insumos, construção civil e outros

Empregos gerados ou mantidos: 28 empregos diretos e 53 empregos indiretos

Agência Contratante: 1320

Nº da Operação: 40/02802

Valor da Operação: R\$ 1.175.514,00



Finalidade: Construção Civil (aquisição de móveis e utensílios)

Município: Brasnorte (MT)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: por tratar-se de um empreendimento no setor de comércio, esta operação representou uma quantidade considerável de empregos gerados, em um município que tem carência em empregos formais

Empregos gerados ou mantidos: 73 empregos

Agência Contratante : 1317

Nº da Operação: 40/05154

Valor da Operação: R\$ 2.000.000,00

Finalidade: Construção Civil

Município: São Felix do Araguaia (MT)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: construção de uma filial, cuja matriz é uma empresa de grande porte do setor de comércio de máquinas agrícolas. Além da geração de empregos diretos, a construção da loja empregou elevada quantidade de trabalhadores, gerando diversos empregos indiretos

Empregos gerados ou mantidos: 15 empregos

c) projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:

A Linha de Financiamento para a Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) tem como objetivo incentivar os projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, a estimativa de aplicação de recursos do FCO no exercício, para o financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis é de, no mínimo, 5% dos recursos previstos no exercício (R\$ 301,4 milhões).

Na modalidade Conservação da Natureza foram contratadas 54 operações, no montante de R\$ 47,6 milhões, e na modalidade Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) foram contratadas 5 operações, no valor de R\$ 8,0 milhões, num total de R\$ 55,6 milhões aplicados o que corresponde a 18,4% do valor previsto para o Exercício de 2015 na Programação do FCO para 2015.

Quadro 3 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente
(R\$ mil)

UF	Conservação da Natureza		ILPF		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	12	2.927	-	-	12	2927
GO	5	925	1	1.950	6	2.875
MS	22	26.777	2	3.501	24	30.278



MT	15	16.942	2	2.560	17	19.502
Total	54	47.570	5	8.011	59	55.581

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Cabe ressaltar que o Banco tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implantação de empreendimentos sustentáveis.

d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:

Um dos grandes desafios para qualquer atividade no segmento rural ou empresarial é manter-se competitiva num mercado de grande concorrência. É necessário otimizar a capacidade operacional, racionalizar os custos e ganhar escala de produção. Dentre as alternativas para o desenvolvimento de tais vantagens competitivas e sustentação de desempenho superior encontra-se o uso de tecnologias inovadoras.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Agência Contratante: 4885

Nº da Operação: 40/00136

Valor da Operação: R\$ 750.000,00

Finalidade: Aquisição de pulverizador agrícola

Município: Planaltina (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: adoção de novas tecnologias para o desenvolvimento de lavouras, redução da exposição dos trabalhadores a agentes químicos com dano à saúde, melhoria da eficiência no controle de pragas e redução de custos de produção

Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 17/45934

Valor da Operação: R\$ 20.930.000,00

Finalidade: Implantação de unidade de esmagamento de soja com capacidade de 1.500 toneladas/dia

Município: Ipameri (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região, geração de novas empresas e renda no campo e na cidade, diversificação dos negócios locais, aumento da atividade comercial local, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, diversificação da produção industrial local e consolidação da cadeia produtiva da soja

Empregos gerados ou mantidos: gerados 50 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01247

Valor da Operação: R\$ 12.994.802,06



Finalidade: Financiar a aquisição de nova caldeira geradora de vapor, picador de lenha, construção de câmara fria de estocagem e aquisição de conjunto de incubadoras e nascedouros para o incubatório

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, criação de alternativa para a melhoria da renda familiar, inclusão de pequenos produtores rurais e de trabalhadores rurais no processo produtivo da agroindústria nacional e aumento na geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: gerados 435 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01248

Valor da Operação: R\$ 5.040.000,00

Finalidade: Implantação de ERP – Software de Gestão Corporativa – SAP ECC 6.0, em substituição do atual TOTVS, tendo em vista o crescimento sustentável vertiginoso da empresa e a necessidade de utilização de novas tecnologias capaz de garantir a integridade dos processos e a perenidade do negócio no longo prazo

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos.

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01251

Valor da Operação: R\$ 7.087.653,24

Finalidade: Implantação de um novo sistema de tratamento de efluentes, tendo em vista o crescimento sustentável da empresa, fato que requer cada vez mais a utilização de novas tecnologias capazes de garantir a sustentabilidade do negócio, bem como atender e cumprir as severas normas exigidas pelos órgãos reguladores do meio ambiente.

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: redução de carga poluidora; diminuição de uso de biomassa vegetal (madeira) na caldeira, sendo substituído pelo biogás, redução nas emissões de carbono, promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos.

Agência Contratante: 3938

Nº da Operação: 40/01598

Valor da Operação: R\$ 799.999,84

Finalidade: Modernização da propriedade

Município: Tacuru (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: diminuir custos com destoca de pastagem com a utilização de máquina própria, renovação da frota de máquinas, incremento na



receita, incremento na produtividade, incremento na taxa de lotação das pastagens, retorno econômico com baixo risco, geração de emprego e renda, aumento da arrecadação tributária e contribui com a preservação das florestas nativas e ecossistemas remanescentes

Empregos gerados ou mantidos: 3 empregos diretos e 8 empregos indiretos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16517

Valor da Operação: R\$ 519.409,57

Finalidade: Reforma de pastagens

Município: Porto Murtinho(MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a reforma de pastagens é uma das tecnologias agropecuárias de maior eficácia para controlar a degradação do solo e minimizar a emissão de gases de efeito estufa, proporcionando impactos positivos em atributos químicos, físicos e biológicos do solo. Do ponto de vista econômico, a recuperação ou renovação de pastagens seguidas de correto manejo geral ganhos econômicos para o pecuarista, que pode ter uma maior rotatividade de animais

Empregos gerados ou mantidos: 3 empregos diretos e 8 empregos indiretos

Agência Contratante: 0728

Nº da Operação: 40/05681

Valor da Operação: R\$ 521.550,00

Finalidade: Aquisição de novilho precoce

Município: Nova Andradina MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: benefício ao meio ambiente, com a adoção de melhores tecnologias e aproveitamento de pastagens ociosas na propriedade, melhorando a produtividade e gerando emprego e renda

Empregos gerados ou mantidos: 4 empregos diretos e 20 empregos indiretos

Agência Contratante: 0728

Nº da Operação: 40/05201

Valor da Operação: R\$ 565.250,00

Finalidade: Modernização do parque de máquinas

Município: Batayporã (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: evitar desperdício de defensivos agrícolas, redução da possibilidade de acidentes de trabalho, geração de emprego na região, beneficiando revendas de defensivos, lojas de peças e equipamentos e mão de obra especializada

Empregos gerados ou mantidos: 4 empregos diretos e qualificação dos empregados existentes

Agência Contratante: 0903

Nº da Operação: 40/06643

Valor da Operação: R\$ 1.900.000,00

Finalidade: Modernização do parque de máquinas

Município: Naviraí (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural



Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a execução do projeto promoverá maior agilidade e eficiência na colheita das lavouras, evitando desperdício de grãos e assim maximizando a rentabilidade do produtor, repercutindo na renda arrecadada pelo município e região
Empregos gerados ou mantidos: 2 empregos diretos e 10 empregos indiretos

Agência Contratante: 0903

Nº da Operação: 40/06392

Valor da Operação: R\$ 612.228,80

Finalidade: Modernização de aviário

Município: Juti (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: o produtor pretende modernizar o seu aviário para que possa atender as exigências do mercado, aumentando a rapidez de distribuição de ração e água, tendo menor contato com as aves e consequentemente aumentando a produção de aves.

Empregos gerados ou mantidos: manutenção dos empregos existentes

Agência Contratante: 1997

Nº da Operação: 40/00529

Valor da Operação: R\$ 807.716,00

Finalidade: Modernização da propriedade

Município: Corumbá (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: proporcionar maior capacidade de suporte e melhoria da qualidade das pastagens. Paralelamente serão feitas divisões de invernadas assim como melhoria da disponibilidade de água aos bovinos. O uso de tecnologias preconizadas seguirá orientações da Embrapa, a fim de melhorar os índices zootécnicos, gerando produtividade ao empreendimento.

Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos diretos e 6 indiretos

e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos:

O BB participa ativamente dos Fóruns Estaduais de Turismo realizados no Centro-Oeste e mantém presença constante nos eventos desse segmento, divulgando as Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e MGE, visando incrementar o volume de negócios no segmento.

No Exercício de 2015 foram contratados R\$ 219,7 milhões no âmbito dessa linha de financiamento, por meio de 1.682 operações.

Quadro 4 – Projetos do setor de turismo

(R\$ mil)					
Contratações	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	424	348	558	352	1.682
%	25,2%	20,7%	33,2%	20,9%	100,0%
Valor	44.624	58.215	48.870	68.010	219.720
%	20,3%	26,5%	22,2%	31,0%	100,0%

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB



Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Agência Contratante: 0311

Nº da Operação: 40/07034

Valor da Operação: R\$ 388.368,24

Finalidade: ampliação e modernização de empreendimento da rede hoteleira do município

Município: Catalão (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento da capacidade e melhoria das condições para hospedagem no município, geração de empregos e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 4 novos empregos

Agência Contratante: 0642

Nº da Operação: 40/02662

Valor da Operação: R\$ 395.000,00

Finalidade: construção de empreendimento visando o atendimento à demanda da população local e visitantes no ramo de alimentação e entretenimento

Município: Jaraguá (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento do consumo de mercadorias produzidas na região para abastecimento do restaurante, opção de entretenimento aos residentes e visitantes do município, geração de empregos, incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência Contratante: 3607

Nº da Operação: 40/00229

Valor da Operação: R\$ 400.000,00

Finalidade: ampliação e modernização de espaço de buffet

Município: Goiânia (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento da utilização de mão-de-obra e consumo de matérias-primas produzidas na região, geração de empregos e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência Contratante: 3684

Nº da Operação: 40/01511

Valor da Operação: R\$ 550.000,00

Finalidade: implantação de empreendimento do setor hoteleiro

Município: Nerópolis (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: oferta de serviços e produtos modernos e de qualidade a preço acessível para residentes e visitantes, geração de empregos e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência Contratante: 0728

Nº da Operação: 40/05426



Valor da Operação: R\$ 1.801.644,88

Finalidade: Implantação de Hotel

Município: Nova Andradina (MS)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos; elevação do nível de atividade econômica do município, e elevação dos tributos recolhidos

Empregos gerados ou mantidos: 20 novos empregos

Agência Contratante: 2188

Nº da Operação: 40/04044

Valor da Operação: R\$ 795.000,00

Finalidade: Implantação de Hotel

Município: Ivinhema (MS)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: elevação do nível de atividade econômica do município e elevação dos tributos recolhidos

Empregos gerados ou mantidos: 8 novos empregos

Agência Contratante: 3931

Nº da Operação: 40/02836

Valor da Operação: R\$ 680.000,00

Finalidade: Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos

Município: Matupá (MT)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: manutenção e geração de novos empregos no setor turístico da cidade e manutenção da competitividade do hotel frente a concorrência por meio da modernização

Empregos gerados ou mantidos: 46 novos empregos

f) projetos da indústria de alimentos;

Além da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocização de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima, cabe destacar os projetos abrangidos pela Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir), que tem como objetivo estimular a parceria entre produtores e unidades integradoras, de forma a garantir a comercialização da produção oriunda dos empreendimentos integrados financiados pelo FCO, e que tem contribuído muito para apoio e expansão da indústria de alimentos no centro-oeste.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Agência Contratante: 2912

Nº da Operação: 40/01011

Valor da Operação: R\$ 1.000.000,00

Finalidade: construção civil, aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação de panificadora

Município: Brasília (DF)



Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de emprego, aumento da renda e aumento na produção de alimentos

Empregos gerados ou mantidos: 5 novos empregos

Agência Contratante: 2146

Nº da Operação: 40/04505

Valor da Operação: R\$ 3.253.873,99

Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos, aumento na produção de alimentos e aumento significativo na arrecadação de impostos

Empregos gerados ou mantidos: 7 novos empregos

Agência Contratante: 2146

Nº da Operação: 40/04484

Valor da Operação: R\$ 2.460.706,48

Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos, aumento na produção de alimentos e aumento significativo na arrecadação de impostos

Empregos gerados ou mantidos: 6 novos empregos

Agência Contratante: 2146

Nº da Operação: 40/04491

Valor da Operação: R\$ 1.646.031,99

Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos, aumento na produção de alimentos e aumento significativo na arrecadação de impostos

Empregos gerados ou mantidos: 3 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 17/45934

Valor da Operação: R\$ 20.930.000,00

Finalidade: Implantação de unidade de esmagamento de soja com capacidade de 1.500 toneladas/dia

Município: Ipameri (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial



Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de novas empresas e renda no campo e na cidade, diversificação dos negócios locais, aumento da atividade comercial local; aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, diversificação da produção industrial local e consolidação da cadeia produtiva da soja
Empregos gerados ou mantidos: gerados 50 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01247

Valor da Operação: R\$ 12.994.802,06

Finalidade: Financiar a aquisição de nova caldeira geradora de vapor, picador de lenha, construção de câmara fria de estocagem e aquisição de conjunto de incubadoras e nascedouros para o incubatório

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias; criação de alternativa para a melhoria da renda familiar; inclusão de pequenos produtores rurais e de trabalhadores rurais no processo produtivo da agroindústria nacional, aumento na geração de riqueza regional e aumento na produção de alimentos

Empregos gerados ou mantidos: gerados 435 novos empregos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16343

Valor da Operação: R\$ 5.589.488,00

Finalidade: implantação de avicultura

Município: Laguna Carapã (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria e aumento na produção de alimentos

Empregos gerados ou mantidos: 20 novos empregos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16587

Valor da Operação: R\$ 1.582.149,39

Finalidade: implantação de avicultura

Município: Dourados (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria

Empregos gerados ou mantidos: 80 novos empregos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16322

Valor da Operação: R\$ 3.303.234,70



Finalidade: implantação de avicultura

Município: Douradina (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria

Empregos Gerados: 10 novos empregos

g) projetos dos setores comercial e de serviços;

Como todas as atividades econômicas no país, os setores comercial e de serviços vem passando por intenso processo de modernização, buscando gerar empregos e ofertar mercadorias de qualidade a preços competitivos.

Atento a esta realidade, o Fundo oferta recursos através da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou realocação de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas.

O objetivo é fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos relativos a este setor, em especial a projetos voltados as atividades a seguir:

as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais;
a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações);
a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares;
a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino e de prática de esportes; e
o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços deficientes tecnologicamente e que necessitem de modernização.

Segundo a Nota 2 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a região.

No Exercício de 2015, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 1.442,4 milhões, correspondentes a 44,4% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 1.772,8 milhões).



Quadro 5 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços

		(R\$ mil)				
		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício	(a)	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825
Contratado no Exercício de 2015	(b)	402.894	394.618	314.561	330.331	1.442.404
% de Atingimento	(b/a)	68,6	90,3	101,1	75,6	81,4

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Programação do FCO para 2015 atualizada em 03.11.2015

De acordo com as observações da Nota 2 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015, a assistência aos setores de serviços de saúde será no mínimo de 20% dos recursos previstos em cada UF para os setores comercial e de serviços.

A seguir estão demonstradas as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviços de saúde, realizadas no Exercício de 2015.

Quadro 6 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde

		(R\$ mil)				
		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos com. e serv. no exercício	(a)	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825
Limite para assist. serviços de saúde no exercício	(b)	117.533	87.396	62.239	87.396	354.565
Contratado no Exercício de 2015	(c)	175.714	242.243	117.805	239.030	774.792
% de Atingimento	(c/b)	149,5	277,2	189,3	273,5	218,5

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Programação do FCO para 2015 e Informações da Diretoria Soluções de Atacado

h) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada:

A linha de financiamento à agropecuária irrigada tem como objetivo desenvolver a agropecuária irrigada no centro-oeste, financiando a irrigação e a drenagem agrícolas de forma a garantir produção nos períodos de safra e entressafra, obtenção de produtos de qualidade, comercialização oportuna e sustentabilidade ambiental dos empreendimentos financiados pelo Fundo.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, a estimativa de aplicação dos recursos o FCO, no Exercício de 2015, para o financiamento de projetos de irrigação é de no mínimo 2% dos recursos previstos no exercício (R\$ 120,5 milhões).

No Exercício de 2015 foram contratadas 7 operações no valor de R\$ 3,5 milhões, que equivale a 2,9% das estimativas de aplicações dos recursos nesse segmento para o Exercício de 2015.

Cabe ressaltar que o Banco tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes do desenvolvimento da agropecuária irrigada a fim de dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.



i) projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PNDR:

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada e dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste Goiano.

O Quadro a seguir apresenta as quantidades e os volumes contratados em atendimento a essas prioridades no Exercício de 2015:

Quadro 7 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Área	Qtde	Valor Realizado	Valor Previsto	R\$ milhões
				% dos recursos previstos
Municípios da Faixa de Fronteira	10.350	R\$ 968,7	R\$ 1.169,3	82,8
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	6.248	R\$ 597,5	R\$ 512,3	116,6
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	32.304	R\$ 2.703,7	R\$ 3.435,6	78,7
Municípios Goianos integrantes da Ride	5.928	R\$ 236,6	R\$ 174,8	135,4

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

3.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Embora o Fundo não tenha nenhum programa, objetivo ou ação sob sua responsabilidade no PPA 2012-2015, o planejamento das ações da unidade está inserido no contexto dos programas e objetivos de responsabilidade do MI, como podemos verificar no Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, Objetivo 0790 – Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável, com Meta para 2012-2015 de aplicar 100% dos recursos programados no exercício e comprometer 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício em projeto de interesse do desenvolvimento regional.

3.2 Desempenho Orçamentário

Os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes, conforme o art. 6º da Lei n.º 7.827, de 1989:

- a) 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI);
- b) retornos e resultados das aplicações;
- c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;



- d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais e/ou estrangeiras; e
- e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

Para o execução orçamentária do exercício foi previsto o montante de R\$ 6.027,3 milhões. Ao final do Exercício de 2015, foram aplicados o total de R\$ 5.561,8 milhões, que corresponde a 92,3% do total de recursos previstos para o exercício, conforme Quadro a seguir:

Quadro 8 – Realização da previsão orçamentária

Origem	(R\$ milhões)		
	Previsto Exercício 2015	Realizado Exercício 2015	(%)
Repasse do Tesouro Nacional	2.301.615	2.131.594	92,6
Retorno de Financiamentos	3.868.812	3.701.350	95,7
Resultado Operacional	164.970	-79.233	-48,0
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	255.003	255.003	100,0
Recursos comprometidos a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	-563.058	-446.908	79,4
Total	6.027.342	5.561.807	92,3

Posição: 31.12.2015

Fonte: Programação do FCO para 2015

A diferença no item Resultado Operacional decorre da metodologia utilizada para apuração do valor realizado historicamente, a qual não está plenamente compatível com a forma de apuração do valor orçado. A situação foi objeto de recomendação da CGU e será ajustada para o exercício de 2016.

3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Não se aplica à realidade da UPC, considerando que a unidade não possui ações na Lei Orçamentária Anual (LOA) vinculadas aos programas temáticos estabelecidos no PPA.

3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Não se aplica à realidade da UPC, considerando que não houve fatores intervenientes no desempenho orçamentário.

3.2.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

O Quadro a seguir demonstra os restos a pagar inscritos em exercício anteriores, que estavam vigentes em 1º de janeiro de 2015.



Quadro 9 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	103.081.512,24	103.077.786,72	3.725,52	0,00

Fonte: SIAFI 2015

O montante dos valores inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores refere-se à parcela de recursos provenientes da arrecadação de impostos do terceiro decêndio de dezembro/2014 que foram repassadas ao Fundo no primeiro decêndio de janeiro/2015.

Os valores inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores foram totalmente pagos no Exercício de 2015, não causam nenhum tipo de impacto financeiro no Fundo.

3.2.4 Informações sobre a realização das receitas

De acordo com os registros no SIAFI, no exercício de 2015 ingressaram como receitas do FCO o montante de R\$ 2.131,6 milhões, com realização de 94,8% das receitas estimadas na LOA para 2015 (R\$ 2.249,2 milhões).

3.2.5 Informações sobre a execução das despesas

Em relação à execução da despesa na perspectiva das modalidades de contratação apresentadas no Quadro a seguir, foram excluídas as linhas relacionadas às modalidades de contratação 1- Modalidade de Licitação, 2-Contratações Diretas, 3-Regime de Execução Especial, 4-Pagamento de Pessoal, por não se aplicarem ao contexto do FCO:

Quadro 10 – Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2015	2014	2015	2014
Outros	2.103.776.970,17	2.016.037.870,81	2.028.516.310,62	1.912.956.358,57
Total	2.103.776.970,17	2.016.037.870,81	2.028.516.310,62	1.912.956.358,57

Fonte: SIAFI 2014 e 2015 e SIOP



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Em relação à execução da despesa, de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesas, apresentados no Quadro a seguir, foram excluídas, além das Despesas Correntes, as linhas relativas aos Grupos de Despesa 4-Investimento e 6-Amortização da Dívida, das Despesas de Capital, pois não se aplicam ao FCO, cujos recursos são enquadrados no Grupo 5-Inversões Financeiras.

Quadro 11 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	2.103.776.970,17	2.016.037.870,81	2.103.776.970,17	2.016.037.870,81	75.260.659,55	103.081.512,24	2.028.516.310,62	1.912.956.358,57

Fonte: SIAFI 2014 e 2015 e SIOP

Não houve alterações significativas na Programação Orçamentária da UPC no Exercício de 2015, considerando que as despesas empenhadas refere-se a estimativa de repasses do Tesouro Nacional para o Fundo, sem interveniência do FCO.

A relação despesa paga/despesa liquidada foi de 94,9% em 2014 e de 96,4% em 2015, em função dos empenhos do FCO serem realizados pela totalidade do orçamento estimado para cada exercício, sendo considerado como valores pagos os valores efetivamente arrecadados durante o período. Ao final de cada exercício, quando for o caso, são feitos os necessários ajustes nos valores empenhados, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em função da arrecadação real verificada, ficando em aberto os valores de Restos a Pagar não Processados que referem-se ao Repasse da arrecadação do 3º decêndio do mês de dezembro.



3.3 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Para avaliação dos resultados e impactos do FCO, o Banco do Brasil utiliza indicadores e metas de gestão de desempenho do FCO, conforme descrito a seguir.

Quadro 12 – Indicadores e metas de gestão de desempenho

Indicador		Índice Previsto	Índice Observado Exercício 2015	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de Aplicação		90,0%	87,8%	mensal	$IA = VCT/VDE$, onde VCT = valor contratado total e VDE = valor distribuído no exercício
Índice de Contratações com Menor Porte		51,0%	83,3%	mensal	$ICMP = VCMP/VCT$, onde VCMP = valor contratado com tomadores menor porte no exercício atual e VCT = valor contratado total no exercício atual
Índice de Inadimplência (até)		1,0%	0,4%	mensal	$II = SPV/SDT$, onde SPV = saldo devedor das parcelas vencidas (Risco 100% BB) e SDT = saldo devedor total das operações de crédito (Risco 100% BB)
Índice de Cobertura de Contratações no Exercício		100,0%	100,0%	mensal	$ICCE = MOC/MR$, onde MOC = Municípios com operações contratadas e MR = Municípios da Região Centro-Oeste
Índice de Operações com Novos Beneficiários		20,0%	25,6%	mensal	$ICNB = VCNB/VCT$, onde VCNB = quantidade de operações com novos beneficiários e VCT = quantidade de operações contratadas total
Índice de Contratações por UF	DF	15,0%	13,3%	mensal	$ICUF = VCUF/VCT$, onde VCUF = valor contratado nas unidades federativas e VCT = valor contratado total
	GO	30,4%	33,9%	mensal	
	MT	30,4%	29,3%	mensal	
	MS	24,2%	23,5%	mensal	
Índice de Contratações por Setor	Rural	48,0%	53,8%	mensal	$ICS = VCS/VCT$, onde VCS = valor contratado p/ setor (Empresarial ou Rural) e VCT = valor contratado total
	Empresarial	52,0%	46,2%	mensal	
Índice de Tempo Médio de Contratação		35 dias	34,9 dias	mensal	$ITM = TME/TMEA$, onde TME = tempo médio de atendimento das propostas no exercício atual e TMEA = tempo médio de atendimento das propostas no exercício anterior
Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios (Municípios integrantes das microrregiões classificadas como de renda estagnada ou dinâmica)		56,1%	51,3%	mensal	$ICTM = VCTM/VCT$, onde VCTM = valor contratado nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia PNDR como de renda estagnada ou dinâmica e VCT = valor contratado total

Posição: 31.12.2015

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais/Diretoria de Governo (BB)

a) Índice de Aplicação (IA)

As contratações com recursos do FCO no Exercício de 2015 atingiram R\$ 5.274,5 milhões, 87,8% do montante dos recursos distribuídos no Exercício de 2015 para aplicação (R\$ 6.008,7 milhões).

b) Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)

As contratações com os segmentos de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores atingiram o montante de R\$ 4.395,0 milhões. Considerando o total contratado na Região, de R\$ 5.274,5 milhões, o ICMP foi de 83,3%.



c) Índice de Inadimplência (II)

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco observado no final do Exercício de 2015, foi de 0,4%, inferior à meta estabelecida pelo Condel, de até 1,00%.

Para alcançar esse desempenho, o BB conta com sua Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, responsável pelas estratégias de cobrança e recuperação de crédito da Instituição, atuando permanentemente para evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzir os índices observados, sendo utilizadas estratégias como as seguintes:

- intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento (CABB);
- utilização pelas Agências de ferramenta de identificação e gerenciamento do atraso por cliente;
- esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.

d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício (ICCE)

No Exercício de 2015, 100,0% dos 467 municípios da Região Centro-Oeste, contaram com financiamentos com recursos do FCO para empreendimentos em seus territórios. Nesse ponto é importante salientar que a rede de atendimento do BB alcança todas as comunidades organizadas do Centro-Oeste, dispondo sempre de um ponto de atendimento próximo dos produtores rurais e dos empresários, onde estes podem apresentar as suas propostas de financiamento.

Ao disseminar o crédito pelas localidades mais carentes, conforme se observa pela quantidade de municípios alcançados em cada Unidade Federativa, o Banco do Brasil cumpre a missão de apoiar financeiramente as atividades dos pequenos empreendedores da Região, confirmando o FCO como importante fonte de recursos para a interiorização do desenvolvimento e dinamização da economia do Centro-Oeste, contribuindo para diminuir as desigualdades intra-regionais e elevar os indicadores sociais da região.

e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)

Do total de 52.900 operações contratadas no Exercício de 2015, 13.549 (25,6%) foram contratadas com novos beneficiários. As ações desenvolvidas pelo Banco, em conjunto com os governos federal e estaduais e com outros parceiros, buscam permanentemente incrementar o nível de contratação de operações, inclusive para novos beneficiários, atingindo, com destaque, a meta definida pelo Condel/Sudeco.

f) Índice de Contratações por UF (ICUF)

O Estado de GO liderou em volume de contratações com R\$ 1.788,8 milhões, equivalentes a 33,9% do montante observado na Região (R\$ 5.274,5 milhões), seguido por MT, com R\$ 1.545,4 milhões (29,3%); MS, com R\$ 1.237,4 milhões (23,5%); e DF com R\$ 702,9 milhões (13,3%).

O desempenho das contratações no Estado de Goiás decorreu das características rurais predominantes nas atividades econômicas do Estado, do aquecimento dos diversos setores econômicos, bem como das ações para dinamizar as aplicações dos recursos.

g) Índice de Contratações por Setor (ICS)

Do montante de R\$ 5.727,5 milhões, R\$ 2.840,3 milhões (53,8%) foram contratados com o setor rural e R\$ 2.434,2 milhões (46,2%), com o setor empresarial.

h) Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)

O tempo médio de contratação das operações de financiamentos com recursos do FCO ao final do Exercício de 2015 foi de 34,9 dias, dentro da meta estabelecida de 35 dias.



i) Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios (ICTM)

As operações contratadas nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica atingiram 51,3% (R\$ 2.703,7 milhões) do total contratado no exercício, um pouco abaixo da meta estabelecida de 56,1%.



4 GOVERNANÇA

4.1 Descrição das estruturas de governança

Conforme o item 2.1 (Finalidade e Competência), a Administração do Fundo é realizada de forma conjunta pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), Ministério da Integração Nacional (MI) e Banco do Brasil S.A. (BB).

No âmbito de Fundos e Programas, o Banco do Brasil atua em diferentes funções, segundo a previsão legal ou a relação contratual com os entes alocadores de recursos. No relacionamento com Fundos e Programas Federais, o Banco pode atuar como:

- a) Agente Financeiro: na aplicação de recursos financeiros de Fundos e Programas Federais segundo as determinações do Alocador dos Recursos, com ou sem a assunção do risco de crédito; e
- b) Administrador: exercendo as atividades de governança, orçamentárias, financeiras, contábeis e de prestação de contas aos Alocadores de Recursos, órgãos de controle e demais partes interessadas.

A estrutura de governança do Banco do Brasil utilizada para condução das atividades relacionadas aos fundos e programas em que o BB atua como Gestor, é a mesma Governança Corporativa dedicada para o Conglomerado BB, a qual se encontra alinhada aos princípios de governança corporativa do Novo Mercado¹, do qual o BB passou a integrar desde 2006. Essa forma de gestão da organização visa garantir a transparência dos atos de gestão, a equidade no tratamento das partes interessadas, a prestação de contas, o cumprimento de leis e regulamentos, além da eficácia e eficiência operacional.

Fazem parte da Governança do BB a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Auditoria Interna e diversas diretorias/unidades segmentadas por áreas de especialidade, além de Auditoria Independente contratada para a avaliação dos demonstrativos contábeis e financeiros e a emissão de relatórios específicos.

A Diretoria de Governo (Digov), por meio de suas Gerências Executivas Fundos e Programas (Gefup) e Negócios com o Executivo Federal (Genef), é a responsável pela administração do FCO, apoiando-se nas premissas/orientações de várias áreas, como Diretoria de Contadoria (Coger), Diretoria Jurídica (Dijur), Diretoria de Controles Internos (Dicoi), Diretoria Segurança Institucional (Disin), Diretoria de Finanças (Difin) e Diretoria Mercado de Capitais e Infraestrutura (Dimec).

A integração da atuação das Diretorias proporciona sinergia de processos e especialização, contribuindo para uma gestão de qualidade, aderente às características das operações do Banco e segregada em função da responsabilidade de cada área organizacional. Entre as responsabilidades da Digov/Gefup, no gerenciamento de Recursos dos Fundos e Programas, destacam-se: gerir os recursos captados de Fundos e Programas, acompanhar o desempenho do portfólio de Fundos e Programas e cumprir mecanismos que garantam a conformidade em relação à legislação, aos regulamentos externos e as políticas e normas internas.

A Auditoria Independente, por meio de contratos firmados com o BB, tem mantido o acompanhamento permanente sobre os Fundos e Programas. Nesse sentido, são realizados trabalhos

¹ segundo a nomenclatura da BM&F Bovespa, o conjunto das empresas que se encontram no mais avançado nível de governança corporativa



de auditoria de contas e emissão de pareceres, em atendimento às decisões normativas que regulam especificamente cada Fundo e Programa.

Cabe destacar o trabalho da Auditoria Interna do Banco, na avaliação independente dos fundos operados pelo BB e o Sistema de Controles Internos da Instituição que guarda consonância com a evolução das exigências regulatórias e está alinhado com as boas práticas de mercado, dispondo de instrumentos e procedimentos que permitem a detecção de eventuais falhas e fragilidades, bem como a adoção de medidas corretivas que possibilitam mitigar os riscos identificados.

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e aos arts. 19 e 20 da Lei n.º 7.827/89 e instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

- a) a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI), vinculada à Controladoria Geral da União (CGU), Órgão da Presidência da República (PR);
- b) a remessa de relatório à SFCI/CGU/PR sobre as operações contratadas e a situação dos recursos;
- c) a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresa de auditoria independente;
- d) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao MI e Condel/Sudeco sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei n.º 7.827/89 (prevê no art. 18 a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, contabilidade comercial), o Banco passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei n.º 4.320/64 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o SIAFI.

Além disso, o Relatório Circunstanciado das Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos acompanhado das Demonstrações Contábeis, devidamente auditadas, é encaminhado pelo Condel/Sudeco, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento, bem como à Comissão Mista Permanente, da Câmara dos Deputados e do Senado, para efeito de fiscalização e controle.

4.2 Gestão de riscos e controles internos

A avaliação do sistema de controles internos encontra-se no Anexo 1.



5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso ao cidadão

A comunicação do Fundo com a sociedade é realizada por meio de diferentes canais, sendo os principais a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão do Banco do Brasil (SIC). Os órgãos estabelecem diálogo com os cidadãos por meio de divulgação, prestação de serviços de informações, registro de manifestações, sugestões, dúvidas e críticas, a partir de encaminhamentos e posteriores soluções de demandas, entre outras atividades.

Em 2014, foi aprovado o regulamento e a instalação da Ouvidoria do FCO (Resolução Condel/Sudeco n.º 27, de 25.03.2014) e a atribuição do encargo de Ouvidor do FCO ao Ouvidor da Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.º 26, de 25.03.2014).

Uma das principais competências da Ouvidoria do FCO é atender às sugestões e reclamações dos agentes econômicos e de suas entidades representativas quanto às rotinas e aos procedimentos empregados na aplicação dos recursos do FCO.

As manifestações de ouvidoria podem ser formuladas via telefone (0800-610021); e-mail (ouvidoria.fco@sudeco.gov.br); atendimento presencial, das 08h às 12h e das 14h às 17h, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados; formulário eletrônico (<http://www.sudeco.gov.br/web/guest/fale-com-a-ouvidoria>); ou carta dirigida ao endereço Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco F, Ed. Palácio da Agricultura, 20º Andar, Brasília (DF), CEP 70.040-908.

Dentro da estrutura do BB, o SIC tem como objetivo assegurar o direito fundamental de acesso à informação sob a guarda do Estado a qualquer pessoa, física ou jurídica, considerando a publicidade como regra e o sigilo a exceção, nos termos da Lei 12.527 de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação), as consultas podem ser formuladas pelos seguintes canais:

- pelos telefones 4003-3440, para capitais e regiões metropolitanas, ou 0800-729-3440, para as demais localidades;
- www.acessoainformacao.gov.br/sistema; e
- www.bb.com.br/acessoainformacao.

Com isso, a população da Região Centro-Oeste, passa a contar com canais diretos, ágeis e imparciais para pedidos de informações, reclamações, críticas, comentários, elogios e sugestões.

5.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Em cumprimento à determinação expressa na Portaria CGU nº 262, de 30.08.2005, são divulgados no site do BB, no endereço abaixo, os Relatórios de Gestão e link da CGU para consulta às informações contidas nos processos de contas anuais:

http://www.bb.com.br/portalbb/page100,110,4513,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=1511&codigoMenu=668&codigoRet=951&bread=1_6_8



6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho financeiro no exercício

No Exercício de 2015, o FCO apropriou como receitas do Fundo o montante de R\$ 1.414,6 milhões, 7,6% superior ao ano de 2014 (R\$ 1.315,2 milhões) e executou como despesas do Fundo o montante de R\$ 1.452,2 milhões, com um aumento de 6,1% em relação ao exercício anterior (R\$ 1.369,1 milhões). Com isso, o FCO apresentou um déficit de R\$ 37,6 milhões ao final do Exercício de 2015. Em comparação com o exercício de 2014, houve uma melhora no resultado do Fundo na ordem de 30,2% em relação ao déficit apresentado ao final do exercício anterior (R\$ 53,9 milhões). Conforme Quadro a seguir:

Quadro 13 – Demonstração de Resultado do exercício

(R\$ mil)		
	Exercício/2015	Exercício/2014
RECEITAS OPERACIONAIS	1.414.648	1.315.215
Rendas de operações de crédito	1.317.397	1.244.838
Rendas sobre valores disponíveis	84.789	68.618
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	11.951	--
Receita de atualização monetária	511	1.759
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.452.242)	(1.369.074)
Despesas de Provisões	(190.748)	(302.517)
Provisão para rebates sobre encargos	(46.646)	(36.982)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	--	(116.292)
Provisão para bônus de adimplência	(139.973)	(140.862)
Provisão para dispensa de correção monetária	(4.129)	(8.381)
Despesas efetivas	--	(31.321)
Remissões de operações de crédito	--	(31.321)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(1.261.494)	(1.035.236)
Despesas com taxa de administração	(8.077)	(618)
Despesas com del credere	(1.242.842)	(1.034.038)
Del Credere - operações de repasses	(8.982)	(547)
Outras despesas	(1.593)	(33)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(37.594)	(53.859)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	Exercício/2015	Exercício/2014
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(37.594)	(53.859)
Outros resultados abrangentes	--	--
TOTAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(37.594)	(53.859)

Posição: 31.12.2015

Fonte: Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015

O FCO registrou no período em análise, receitas provenientes de rendas das operações de crédito o montante de R\$ 1.317,4 milhões, que respondeu por 93,1% do total das receitas operacionais do exercício.



A título de *del credere* do agente financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o FCO registrou no Exercício de 2015 o valor de R\$ 1.251,8 milhões que respondeu por 99,2% do total de despesas operacionais do exercício.

Em 31.12.2015, o Patrimônio Líquido (PL) do FCO atingiu o montante de R\$ 22.600,8 milhões, apresentando um incremento de 10,2% em relação ao ano anterior (R\$ 20.506,8 milhões). O patrimônio do Fundo compõe-se das transferências de exercícios anteriores (R\$ 18.271,1 milhões), do resultado acumulado (R\$ 2.198,1 milhões) e das transferências do Exercício de 2015 (R\$ 2.131,6 milhões).

6.2 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas encontram-se no Anexo 2.

6.3 Evidenciação do *del-credere* das demonstrações contábeis

A título de *del-credere* do Agente Financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o BB auferiu no Exercício de 2015 o valor de R\$ 1.251,8 milhões. A cobrança do *del credere* está regulamentada no § 4º inciso II do art. 9º-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

6.4 Notas explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/64 e 6.404/76)

As notas explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/64 e 6.404/76) encontram-se no Anexo 3.

6.5 Informações sobre as operações de financiamento

O Quadro a seguir apresenta o saldo da carteira de operações do FCO, em 31.12.2015, distribuída por Programa e Unidade Federativa.

Quadro 14 – Saldos por programa e UF

(R\$ mil)					
Programas	DF	GO	MS	MT	Total
Empresarial	1.532.365	2.930.626	1.980.946	2.402.330	8.846.267
Industrial	188.579	1.427.781	891.881	782.133	3.290.373
Infraestrutura	85.662	396.202	93.883	524.122	1.099.869
Turismo	263.206	260.563	176.525	238.046	938.340
Comercio e Serviços	994.919	846.081	818.657	858.028	3.517.685
Rural	635.426	4.633.873	3.558.167	4.686.658	13.514.124
Prona-RA e Pronaf Demais	54.512	1.034.637	411.799	1.523.597	3.024.545
Demais Rurais	580.914	3.599.235	3.146.368	3.163.061	10.489.579
Total Geral	2.167.791	7.564.499	5.539.113	7.088.988	22.360.391

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Os saldos das operações rurais, no montante R\$ 13.514,1 milhões, correspondem a 60,4% da carteira de financiamentos do FCO. A carteira do setor empresarial apresenta o montante de R\$ 8.846,3 milhões, equivalente a 39,6% do total dos financiamentos do Fundo. No Programa de FCO Empresarial, a Linha de Financiamento de Comércio e Serviços destaca-se com saldo de R\$ 3.517,7



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

milhões aplicados, enquanto no Programa de FCO Rural, as demais linhas de financiamentos rurais encerraram o Exercício de 2015 com R\$ 10.489,6 milhões aplicados.

A distribuição da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos beneficiários, está demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 15 – Saldos por porte e UF

						(R\$ mil)
Porte	DF	GO	MS	MT	Região	%
Grande	298.185	1.920.380	1.443.162	1.669.094	5.330.822	23,8
Médio	337.250	1.038.039	700.746	1.088.110	3.164.145	14,2
Pequeno-médio	387.316	632.625	838.128	718.098	2.576.167	11,5
Pequeno	1.031.100	3.025.085	2.122.075	2.945.691	9.123.950	40,8
Mini/Micro	112.946	947.443	433.862	667.834	2.162.085	9,7
EI	994	926	1.140	161	3.221	0,0
Total	2.167.791	7.564.499	5.539.113	7.088.988	22.360.391	100,0

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Em 2015, os negócios com os tomadores de grande e médio porte respondem por 38,0% dos saldos da carteira (R\$ 8.495,0 milhões) e os financiamentos com os tomadores de menor porte respondem por 62,0% (R\$ 13.865,4 milhões).

Com a edição da MP n.º 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, o *del credere* do Agente Financeiro ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de financiamento em seu nome próprio e com risco exclusivo, com *del credere* limitado a 6% ao ano.

Em decorrência daquele dispositivo legal, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar os seguintes grupamentos de riscos diferentes, a saber: operações contratadas até 30.11.1998 com risco 100% FCO; operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001 com risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); operações contratadas a partir de 01.07.2001 com risco 100% BB, incluindo também as operações de repasse para outras Instituições Operadoras; e operações contratadas ao amparo do Programa Papra com risco 100% Procerá.

A Lei nº 13.001 de 20.06.2014, em seu parágrafo 4º do Artigo 8º, transferiu o risco de operações de crédito rural do Procerá para o FCO, quando contratadas com risco desse Fundo.

O Quadro a seguir apresenta o resumo da classificação da carteira por modalidade de risco no Exercício de 2015, na qual se observa que quase a totalidade da carteira de financiamentos do FCO foi contratada com risco integral do BB:

Quadro 16 – Carteira por risco de crédito

			(R\$ mil)
Detentor do Risco	Saldo da Carteira	Participação (%)	
Banco do Brasil	21.961.073	98,2	
Compartilhado	4.420	0,0	
FCO	394.897	1,8	
Total	22.360.391	100,0	

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil



6.5.1 Índices de Inadimplência

A inadimplência (relação entre as parcelas dos financiamentos em atraso e o saldo da carteira total) observada ao final do Exercício de 2015 foi de 0,4%, reduzindo em 6,8% o percentual observado no exercício anterior (0,5%).

Os Quadros a seguir apresentam os saldos das operações, segregados em vencidas e vincendas ao final do exercício, por UF, programa e risco:

Quadro 17 – Saldos vencidos e vencidos

(R\$ mil)

Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	Total	%
Vincendo	2.153.267	99,3%	7.535.730	99,6%	5.520.977	99,7%	7.054.872	99,5%	22.264.846	99,6%
Vencido	14.524	0,7%	28.768	0,4%	18.136	0,3%	34.116	0,5%	95.544	0,4%
Total	2.167.791	100%	7.564.499	100%	5.539.113	100%	7.088.988	100%	22.360.391	100%

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Proporcionalmente aos valores financiados em cada UF, o DF e o MT registraram os maiores percentuais de parcelas em atraso, 0,7% e 0,5%, respectivamente. O Estado de MS, com 0,3% de parcelas vencidas, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.

Quadro 18 – Saldos vencidos e vencidos por Programas

(R\$ mil)

Programas	Saldo da Carteira			%
	Vincendas	Com Parcelas Vencidas	Total	
Empresarial	8.809.507	36.759	8.846.267	0,4
Industrial	3.272.566	17.807	3.290.373	0,5
Infraestrutura Econômica	1.099.430	439	1.099.869	0,0
Turismo	934.078	4.262	938.340	0,5
Comércio Serviços	3.503.433	14.251	3.517.685	0,4
Rural	13.455.339	58.785	13.514.124	0,4
Pronaf RA	221.945	6.216	228.161	2,7
Pronaf Demais	2.783.954	12.439	2.796.393	0,4
Demais Rurais	10.449.440	40.130	10.489.570	0,4
Total Geral	22.264.846	95.544	22.360.391	0,4

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Em relação aos Programas de Financiamento, proporcionalmente aos valores financiados a Linha do Pronaf RA registrou o maior percentual de parcelas em atraso, 2,7%. Já a Linha de Infraestrutura Econômica com 0,04% de parcelas vencidas, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.



Quadro 19 – Inadimplência por Risco (por parcelas)

(R\$ mil)				
Risco de crédito	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Risco BB	21.877.650	83.423	21.961.073	0,4
Risco FCO	382.872	12.025	394.897	3,0
Risco Compartilhado	4.325	96	4.420	2,2
Total	22.264.846	95.544	22.360.391	0,4

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

A carteira com o maior índice de atraso (Risco 100% do FCO), além de representar apenas 1,8% do total da carteira de financiamentos do FCO, é composta, em sua maioria, por estoque de operações remanescentes, não apresentando novas contratações, a exceção do Pronaf RA.

Cabe destacar que o BB conta com sua Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, responsável pelas estratégias de cobrança e recuperação de crédito da Instituição, atuando permanentemente para evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzir os índices observados, sendo utilizadas estratégias como as seguintes:

- intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento (CABB);
- utilização pelas Agências de ferramenta de identificação e gerenciamento do atraso por cliente;
- esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas;
- renegociações de dívidas.

6.5.2 Renegociação de dívidas

De acordo com a Programação do FCO para 2014, o Banco poderá aplicar, caso a caso, a prerrogativa de reprogramação de dívida no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove a incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldades de produção e/ou comercialização dos seus produtos e/ou serviços, decorrente de fatores alheios à sua gestão.

No Exercício de 2015, no âmbito do FCO Empresarial, foram reprogramadas o total de R\$ 7,2 milhões em operações (R\$ 79,1 milhões em 2014).

Já em relação as operações de FCO Rural, nos termos do Manual de Crédito Rural (MCR), capítulo 2, sessão 6, o Banco poderá aplicar a prerrogativa de prorrogação de dívida no âmbito do FCO Rural, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de comercialização dos produtos; de frustração de safras por fatores adversos; ou de eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Nessas condições, no Exercício de 2015 foram prorrogados R\$ 72,1 milhões em operações frente à R\$ 29,5 milhões em 2014.

Neste montante, estão inseridas as operações renegociadas com base nas Resoluções CMN nº 4.028 e nº 4.030, de 18.11.2011, que autorizaram a composição de dívidas e a renegociação de operações de crédito rural, no âmbito do Pronaf, e que atingiram um total de R\$ 46,6 milhões em créditos renegociados no exercício.



7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 Gestão de pessoas

Conforme item 2.3 deste Relatório, o Fundo não possui quadro próprio de servidores e se utiliza da força de trabalho dos Administradores do Fundo para execução de suas atividades, observado as atribuições de cada ente previstas na Legislação.

7.2 Gestão da tecnologia da informação

Dentro da definição de Gestão da Tecnologia da Informação como sendo, o conjunto de atividades, projetos e metodologias criadas com recursos de computação ou não com a finalidade de alinhar a Tecnologia da Informação (TI) às estratégias do negócio, o Fundo utiliza-se da estrutura de TI do conglomerado BB.

Nesse sentido, o controle dos recursos, a condução das operações de financiamento, a prestação de contas e demais processos necessários à Administração do Fundo são apoiados nos sistemas corporativos do Banco do Brasil, cuja manutenção, avaliação dos riscos de continuidade, disponibilidade e definição das medidas de mitigação, seguem as regras e os critérios estabelecidos pelo BB.



8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Durante o Exercício de 2015 não recebemos deliberações do TCU em acórdãos do exercício de referência, bem como não houve determinações ou recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente) no momento da finalização do relatório de gestão.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

O Banco do Brasil em atendimento à Portaria CGU nº 650/2014, por meio do Ofício Digov nº 2014/02902, de 30.12.2014, encaminhou à CGU o Plano de Providências Permanente (PPP) para tratamento das recomendações do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201407549 referente a Prestação de Contas do exercício de 2013.

Em março de 2015 a CGU efetuou a revisão do PPP e concluiu que em relação as três constatações, todas provenientes do Relatório de Auditoria nº 201407549, duas foram consideradas atendidas devido às providências adotadas pelo gestor (item 1.2.2.1 e 2.1.3.1 do Relatório de Auditoria) e uma foi prorrogada a fim de se verificar oportunamente a implementação da mesma (item 1.2.1.1 do Relatório de Auditoria).

O Quadro a seguir, demonstra a situação da recomendação do órgão de controle interno que permanece pendente de atendimento no exercício:

Quadro 20 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201407549	1.2.1.1	Of. nº 31.787/2014/DIINT/DI/SFC/CGU-PR de 28.11.2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
BANCO DO BRASIL			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Adotar providências com vistas a assegurar a alimentação do Sistema SIAFI com as devidas informações sobre os agentes responsáveis e seus substitutos que atuaram ao longo do exercício, conforme as responsabilidades definidas no Artigo 10 da IN/TCU 63/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Governo			Não se aplica



Justificativa para o seu não Cumprimento
O Banco do Brasil adotará providências com vistas a assegurar a correta alimentação do Rol de Responsáveis no Sistema SIAFI, incluindo os procedimentos em seus normativos internos (IN), bem como atuando de forma segregada com mais de um funcionário, de forma que haja várias camadas de validação das informações.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Conforme Plano de Providência Permanente o prazo para cumprimento da recomendação está previsto para 31/07/2016.



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE FCO

ANEXO 1

Avaliação dos Controles Internos



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE FCO

ANEXO 2

Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº
4.320/64 e notas explicativas



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE FCO

ANEXO 3

Notas Explicativas de Conciliação dos Regimes
Contábeis adotados (Lei nº 4320/64 e 6.404/76)

**NOTAS EXPLICATIVAS CONCILIATÓRIAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

A Portaria Interministerial MF/MI n.º 1-C, de 15 de Janeiro de 2005, alterada para Portaria Interministerial MF/MI n.º 11, de 28 de dezembro de 2005, estabeleceu normas para estruturação e padronização dos balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE).

O Art. 2º da referida Portaria determina a obrigatoriedade de registro no SIAFI antes do fechamento de cada mês, pelo banco administrador de cada Fundo, da execução financeira, orçamentária e patrimonial, na modalidade total. Tendo em vista que o fechamento do balancete mensal das instituições financeiras, ocorre no início do mês subsequente ao de referência, não é possível o registro no SIAFI no prazo estabelecido na Portaria.

Diante dessa incompatibilidade de datas os saldos constantes do Balanço Patrimonial do FCO, extraídos do SIAFI em 31.12.2015, apresentam as diferenças em relação ao Balanço Patrimonial elaborado na forma da Lei nº 6.404/76.

Além disso, por conta de mudança nos processos de controle dos recursos do FCO, alguns lançamentos de ajustes dos meses de outubro, novembro e dezembro/2015, ainda não foram realizados. Com efeito, seguem abaixo os valores dos ajustes que deverão ser realizados em 2016:

	SIAFI (a)	Lei 6.404/76 (b)	Diferença (b-a)
Ativo			
Caixa e Equivalente de Caixa (Disponibilidade)	1.067.147.431,94	486.677.176,48	-580.470.255,46
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	21.969.403.959,22	22.553.327.685,16	583.923.725,94
Financiamentos Concedidos a receber	21.964.684.353,41	22.372.867.802,38	408.183.448,97
Encargos s/ Empréstimos Concedidos a receber	4.719.605,81	180.459.882,78	175.740.276,97
(-) Ajustes para Perdas	-470.023.956,70	-423.992.488,35	46.031.468,35
Provisão p/ Rebates sobre encargos		-79.741.328,99	
Provisão p/ Bônus de adimplência		-230.532.462,84	
Provisão p/ Dispensa Correção Monetária		-88.316.065,90	
Provisão p/ Crédito de Liquidação duvidosa		-25.402.630,63	
Passivo			
Creditos Diversos		15.385.685,11	15.385.685,11
Remuneração do Administrador a pagar		1.061.513,69	1.061.513,69
Del Credere a pagar (Operações do Repasse)		198.012,23	198.012,23
Auditoria Independente a pagar		15.859,13	15.859,13
Rebates indevidos contra o Procerá		10.428.885,00	10.428.885,00
Rebates a ressarcir Resolução CMN 4.299		3.681.415,06	3.681.415,06
Patrimônio Líquido	22.566.527.434,46	22.600.774.939,53	34.247.565,54

A diferença registrada na conta de Disponibilidade, no montante negativo de R\$ 580.470.255,46, decorre de eventos cujos valores definitivos foram apurados após a data de fechamento do Sistema SIAFI e serão lançados no ano de 2016, nos valores a seguir:

Pagamento Del Credere	-417.141.361,10
Pagamento de Remuneração Pronaf (adm/performance)	-1.773.894,45
Devolução de Taxa de Administração	19.508.908,56
Remuneração da Disponibilidade	31.598.384,23
Perdas de risco do BB	65.797.399,93



Recuperação de risco do BB	-7.294.227,12
Pagamento de Auditoria Independente	-8.810,64
Retorno de Operações	1.181.047.757,85
Desembolso de Operações	-1.443.675.110,03
Del Credere pago a maior	15.657.509,29
Ressarcimento de Bônus e Rebate	-35.365.692,37
Ressarcimento de Bônus pago a maior	11.178.875,88
Total Lançamentos	-580.470.259,96

A diferença registrada na conta de Empréstimos e Financiamentos Concedidos, no montante de R\$ 583.923.725,94, decorre de eventos cujos valores definitivos foram apurados após a data de fechamento do Sistema SIAFI e serão lançados no ano de 2016, nos valores a seguir:

Concessão de Bônus	-39.394.614,32
Concessão de Bônus Ressarcimento	35.365.692,37
Desembolso de Operações	1.443.675.110,03
Concessão de rebate	-13.684.079,39
Concessão de rebate (4.299)	3.297.847,39
Concessão Dispensa de Correção Monetária	-4.574.184,59
Perdas de risco do BB	-65.797.399,93
Perdas de risco do FCO	-7.191.440,36
Recuperação de risco do BB	7.294.227,12
Recuperação de risco do FCO	7.549.063,47
Retorno de Operações	-1.181.047.757,85
Rendas Operações de Crédito	234.556.691,64
Concessão de bônus a maior	-11.178.875,88
Perdas de risco do FCO estorno	-45.146,56
Encargos a Capitalizar de Dez estorno	-641.682,26
Encargos a Capitalizar	236.615.733,62
Rendas a Apropriar	-60.875.456,66
Total Lançamentos	583.923.727,84

O Título Ajustes para Perdas apresentou diferença de R\$ 46.031.468,35, em função de eventos cujos valores definitivos forma apurados posteriormente ao fechamento do Sistema SIAFI e serão lançados no ano de 2016, nos valores a seguir:

Concessão de Bônus	-39.394.614,32
Concessão de Rebate	-13.684.079,39
Concessão de Dispensa de Correção Monetária	-4.574.184,63
Constituição de Provisão de Bônus de Adimplência	22.719.230,35
Constituição de Provisão de Rebate	33.131.510,73
Reversão de Constituição Provisão de Disp. de Cor. Monetária	-5.196.319,52
Perdas de risco do FCO	-7.191.440,39
Reversão de Constituição de PCLD	-22.586.436,29
Rebates debitados indevidamente contra o Procerá	-9.255.134,89
Total Lançamentos	-46.031.468,35



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Existem ainda, obrigações do Fundo que foram contabilizadas no Balanço Patrimonial elaborado na forma da Lei nº 6.404/76, que não estão registradas no SIAFI, conforme segue:

Remuneração do Administrador a pagar	1.061.513,69
Del Credere a pagar (Operações do Repasse)	198.012,23
Auditoria Independente a pagar	15.859,13
Rebates indevidos contra o Procerá	10.428.885,00
Rebates a ressarcir Resolução CMN 4.299	3.681.415,06
Total Lançamentos	15.385.685,11

Lidianny Martins Mourão Dantas
Contadora Responsável

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO

**Relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações contábeis em 31
de dezembro de 2015**



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone 55 (61) 2104-2400, Fax 55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Administrador do
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO
(Administrado pelo Banco do Brasil S.A.)
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração do Fundo de acordo com as práticas contábeis regulamentadas pelo Governo Federal aplicáveis aos Fundos Constitucionais, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2 e 3.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, conforme descrito nas Notas Explicativas nº.2 e 3 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis regulamentadas pelo Governo Federal aplicáveis aos Fundos Constitucionais, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2 e 3.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2 e 3 às demonstrações contábeis, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

Brasília, 26 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

PARECER CONDEL/SUDECO EXERCÍCIO DE 2015

PARECER CONDEL/SUDECO Nº 07/2016

DATA: 08.06.2016

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	3
1.1	APRESENTAÇÃO	5
2.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015	6
2.1.	RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO	6
2.2.	ALOCÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF E SETOR	7
2.3.	ALOCÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	8
2.4.	ORÇAMENTOS PREVISTO E REALIZADO	10
2.5.	REPASSES DO TESOURO NACIONAL	11
2.6.	RESULTADO OPERACIONAL	11
2.7.	DISPONIBILIDADES AO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR.....	11
2.8.	RECURSOS COMPROMETIDOS COM PARCELAS A LIBERAR DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	11
3.	ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES	11
3.1.	CONTRATAÇÕES POR TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS E POR UF.....	11
3.2.	CONTRATAÇÕES POR ÁREAS PRIORITÁRIAS	12
3.2.1.	FAIXA DE FRONTEIRA	13
3.2.2.	MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS	13
3.2.3.	MUNICÍPIOS DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DF E ENTORNO (RIDE-DF).....	13
3.3.	CONTRATAÇÕES POR PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO	13
3.3.1.	<i>Contratações no DF.....</i>	<i>14</i>
3.3.2.	<i>Contratações no Estado de GO.....</i>	<i>14</i>
3.3.3.	<i>Contratações no Estado de MS.....</i>	<i>15</i>
3.3.4.	<i>Contratações no Estado de MT.....</i>	<i>15</i>
3.4.	CONTRATAÇÕES POR SETOR ASSISTIDO.....	16
3.5.	CONTRATAÇÕES POR PORTE DE MUTUÁRIO.....	16
3.5.1.	<i>Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores</i>	<i>17</i>
3.5.2.	<i>Contratações com médios e grandes tomadores</i>	<i>18</i>
3.6.	PRONAF OPERACIONALIZADO	18
3.7.	CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALORES.....	18
3.8.	TICKET MÉDIO DAS CONTRATAÇÕES	19
3.9.	APLICAÇÕES REALIZADAS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	20
3.10.	BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO	22
4.	ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS.....	22
4.1.	INDICADORES DE DESEMPENHO	22
4.2.	METAS DE DESEMPENHO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	24
5.	GESTÃO DO FUNDO.....	26
5.1.	FORMAÇÃO DE ALIANÇAS INSTITUCIONAIS	26
5.2.	AÇÕES REALIZADAS COM A FINALIDADE DE ESTIMULAR O ATENDIMENTO.....	27
5.3.	AUDITORIA EXTERNA	27
6.	PNDR	29
6.1.	IMPACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	29
7.	PLANO DE PROVIDÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 467 municípios em 2015.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com o art. 13 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco);
- Ministério da Integração Nacional (MI); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

Ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) compete:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional; e
- apreciar e encaminhar periodicamente às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, para efeito de fiscalização e controle.

O § 3º do art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO seriam exercidas temporariamente pelo Condel/FCO. Com a instalação, em 13.11.2012, do Condel/Sudeco, o Relatório elaborado pelo Banco Administrador sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no exercício de 2015, será submetido à consideração e deliberação desse Conselho.

De acordo com o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar n.º 129, as atividades de Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco são exercidas pela Sudeco.

O Ministério da Integração Nacional (MI), por sua vez, é responsável por:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Cabe esclarecer que, com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos n.º 7.471¹ e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passaram a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI).

Por fim, ao Banco do Brasil S.A. compete:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D da Lei n.º 7.827, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e

¹ Revogado pelo Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014.

- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise, a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

1.1 Apresentação

O presente Parecer resulta do trabalho realizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos no Exercício de 2015, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no exercício de 2015, a que se refere o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região. São examinadas, igualmente, a movimentação financeira e a situação dos recursos, observando-se as aplicações realizadas, a situação patrimonial e os elementos de natureza operacional e financeira.

Observação: em função da apresentação dos quadros do Parecer com valores em R\$ Milhões e em R\$ Mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar aparentes divergências decorrentes de arredondamentos.

A análise realizada com base na documentação fornecida pelo Banco, aí incluídos as demonstrações contábeis e o parecer da empresa de auditoria externa, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- A. o Banco Administrador incluiu no Relatório os dados solicitados pelo Ministério da Integração Nacional (SFRI), por meio do Ofício n.º 143/SFRI/MI, de 22.02.2016, no âmbito do processo de supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos e da avaliação do desempenho do FCO, a cargo do órgão (Ofício Diretoria de Governo – 2016/01154, de 29.04.2016);
- B. o orçamento realizado atingiu R\$ 5.561,8 milhões, o que corresponde a 92,3% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 6.027,3 milhões) e a 105,4% do montante de recursos efetivamente contratados no período (R\$ 5.274,5 milhões);
- C. das contratações realizadas (R\$ 5.274,5 milhões), R\$ 702,9 milhões (13,3%) beneficiaram o DF; R\$ 1.788,8 milhões (33,9%) o Estado de GO; R\$ 1.237,4 milhões (23,5%) o Estado de MS; e R\$ 1.545,4 milhões (29,3%) o Estado de MT;
- D. as contratações com o segmento de menor porte (R\$ 4.395,0 milhões) representaram 83,3% do total contratado na Região, superando a meta de 51,0% estabelecida pelo Condel;
- E. dos recursos aplicados no exercício, R\$ 2.434,2 milhões (46,2%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 2.840,3 milhões (53,8%) o setor rural;
- F. as contratações do Pronaf, exceto Pronaf – Reforma Agrária, ultrapassaram R\$ 934,5 milhões em 24.670 operações, o que representa um incremento de 27,0% em relação ao montante observado no exercício anterior (R\$ 735,6 milhões em 12.782 operações);
- G. o Pronaf – Reforma Agrária teve redução tanto na quantidade de operações (-58,1%) quanto no montante de recursos aplicados (-52,9%). A quantidade de operações passou de 2.565 em 2014 para 1.074 e o montante de recursos aplicados de R\$ 39,1 milhões para R\$ 20,7 milhões;
- H. as contratações junto aos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 1.442,4 milhões, o que representa 59,3% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 2.434,2 milhões) e 27,3% do volume aplicado na Região (R\$ 5.274,5 milhões). Esse montante

- correspondeu, ainda, a 87,6% do limite anual (R\$ 1.684,9 milhões) e a 85,7% dos recursos previstos (R\$ 2.841,7 milhões) para financiamento dos referidos setores;
- I. as aplicações na Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 968,7 milhões, o que representa 82,8% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço no exercício (R\$ 1.169,3 milhões);
- J. na Mesorregião de Águas Emendadas, foram aplicados R\$ 597,5 milhões, o que representa 116,6% do previsto para o exercício (R\$ 512,3 milhões);
- K. os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica absorveram R\$ 1.694,8 milhões e R\$ 1.008,8 milhões, correspondentes a 32,1% e 19,1% do total contratado na Região (R\$ 5.274,5 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 2.703,6 milhões, o que representa 96,1% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços (R\$ 3.150,8 milhões);
- L. o DF e o Estado de GO concentraram as aplicações em espaços de alta renda (66,3% e 67,4%, respectivamente), o Estado de MS em municípios de economia estagnada (56,2%), e o Estado de MT em municípios de alta renda e de economia dinâmica (35,7% e 36,8%, respectivamente);
- M. na RIDE, foram formalizadas 5.928 operações no montante de R\$ 702,9 milhões. Desse montante, 4.317 operações no valor de R\$ 466,3 milhões beneficiaram o DF e 1.611 no valor de R\$ 236,6 milhões beneficiaram o Entorno;
- N. do total de 52.900 operações contratadas no exercício, 13.549 (25,6%) foram formalizadas com novos beneficiários, absorvendo R\$ 1.625,5 milhões (30,8%);
- O. do total de 52.900 operações, no valor de R\$ 5.274,5 milhões, contratadas no exercício, 52.458 operações, no valor de R\$ 5.138,2 milhões (97,4%), foram formalizadas pelo Banco do Brasil S.A. e 442, no valor de R\$ 136,3 milhões (2,6%), pelas instituições operadoras do repasse;
- P. 100% dos 467 municípios existentes na Região contaram com operações de FCO;
- Q. as disponibilidades do Fundo atingiram, em 31.12.2015, R\$ 255,0 milhões;
- R. a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, por meio de relatório datado de 26.04.2016, registrou que, em sua opinião, as demonstrações contábeis apresentam-se adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 31.12.2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis regulamentadas pelo Governo Federal aplicáveis aos Fundos Constitucionais, conforme descrito nas Notas Explicativas n.º 2 e 3; e
- S. estima-se em 599,6 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (227,7 mil diretos e 371,9 mil indiretos), no exercício de 2015.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

2.1. Recursos previstos para o exercício

De acordo com a Programação do FCO para 2015, o montante de recursos para aplicação no exercício de 2015 era de R\$ 5.290,4 milhões (Quadro 1) e foi alterado (Quadro 2) com base na reprogramação de 31.10.2015 de que trata o inciso I do § 4º do art. 5º da Portaria MI n.º 298, de 14.08.2014:

Quadro 1: Recursos previstos para o exercício de 2015

R\$ Milhões	
Origem	Valor
Repasse do Tesouro Nacional	2.301,6
Retornos de financiamentos	2.973,3
Resultado operacional	108,3
Disponibilidades ao final do exercício anterior	352,8
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(445,5)
Total	5.290,4

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório Circunstanciado do BB.

Quadro 2: Recursos previstos para o exercício de 2015, após reprogramação

R\$ Milhões	
Origem	Valor
Repasse do Tesouro Nacional	2.301,6
Retornos de financiamentos	3.868,8
Resultado operacional	165,0
Disponibilidades ao final do exercício anterior	255,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(563,1)
Total	6.027,3

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório Circunstanciado do BB.

2.2. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Para o exercício de 2015, a Portaria MI n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014, que definiu as diretrizes e orientações gerais para a definição das diretrizes e prioridades pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e a formulação da proposta de programação do FCO pelo Banco do Brasil S.A., estabeleceu que a Programação deveria apresentar estimativas de aplicação por Unidade da Federação, calculadas com base na distribuição histórica das aplicações e na expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF (art. 5º, inciso III, alínea “c”, item 1).

Alternativamente, permitiu que a estimativa inicial de aplicação por UF observe os seguintes percentuais: DF – 19%; GO – 29%; MS – 23%; e MT – 29% (art. 5º, § 3º).

Ademais, vedou a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas (art. 5º, § 1º), e considerou Unidade Federativa, no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios (art. 5º, § 2º).

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2015, por UF e Setor, feitas com base nessas diretrizes e orientações gerais, observados o mínimo de 15% dos recursos previstos para aplicação em cada UF e os percentuais definidos pelas próprias UF para os setores empresarial e rural:

Quadro 3: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

R\$ Mil

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor
Empresarial	804.148		767.115		608.402		767.115		2.946.780
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	55,7%
Rural	201.037		767.115		608.402		767.115		2.343.669
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	44,3%
Total	1.005.185		1.534.230		1.216.803		1.534.230		5.290.449
% em relação ao total	19,0%	100,0%	29,0%	100,0%	23,0%	100,0%	29,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório Circunstanciado do BB.

Os recursos alocados ao Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condel/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2015, por UF e Setor, feitas com a reprogramação, em 31.10.2015, de que trata o inciso I do § 4º do art. 5º da Portaria MI n.º 298, de 14.08.2014:

Quadro 4: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor, após reprogramação

R\$ Mil

Setor	DF	GO	MS(*)	MT(**)	Região
Empresarial	632.871	926.950	629.156	652.680	2.841.657
%	70,0%	50,0%	42,8%	36,3%	47,1%
Rural	271.230	926.950	841.178	1.146.327	3.185.686
%	30,0%	50,0%	57,2%	63,7%	52,9%
Total	904.101	1.853.900	1.470.334	1.799.007	6.027.342
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% por UF	15,0%	30,8%	24,4%	29,8%	100,0%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

2.3. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2015 foram alocados por UF e setor e, também, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, os percentuais de alocação por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Quadro 5: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

R\$ Mil

Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	%
-------------	----	----	----	----	--------	---

Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	410.116	391.228	310.284	391.228	1.502.856	28,41
Industrial	49.016	134.348	134.524	97.807	415.695	
Infraestrutura	49.016	30.633	16.755	32.589	128.993	
Turismo	49.016	30.633	24.481	65.218	169.348	
Comércio e Serviços	263.068	195.614	134.524	195.614	788.820	
FCO Rural	102.528	391.229	310.285	391.229	1.195.271	22,59
Pronaf-RA e Pronaf Demais	100.518	234.737	121.694	359.422	816.371	
Demais Rurais	2.010	156.492	188.591	31.807	378.900	
Subtotal	512.644	782.457	620.569	782.457	2.698.127	51,00

Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	394.033	375.887	298.117	375.886	1.443.923	27,29
Industrial	47.094	120.998	138.624	109.646	416.362	
Infraestrutura	47.094	33.492	10.017	31.311	121.914	
Turismo	47.094	33.454	10.851	46.986	138.385	
Comércio e Serviços	252.751	187.943	138.624	187.943	767.262	
FCO Rural	98.508	375.886	298.117	375.886	1.148.398	21,71
Subtotal	492.541	751.773	596.234	751.773	2.592.321	49,00

Resumo Geral						
FCO Empresarial	804.149	767.115	608.401	767.114	2.946.779	55,70
Industrial	96.110	255.346	273.148	207.453	832.057	
Infraestrutura	96.110	64.125	26.772	63.900	250.907	
Turismo	96.110	64.087	35.332	112.204	307.733	
Comércio e Serviços	515.819	383.557	273.148	383.557	1.556.082	
FCO Rural	201.036	767.115	608.402	767.115	2.343.669	44,30
Pronaf-RA e Pronaf Demais	100.518	234.737	121.694	359.422	816.371	
Demais Rurais	100.518	532.378	486.708	407.693	1.527.298	
Total	1.005.185	1.534.230	1.216.803	1.534.230	5.290.448	100,00

Fonte: Programação do FCO para 2015.

O quadro a seguir apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2015, por UF, Porte, Setor e Linha, feitas com a reprogramação em 31.10.2014 de que trata o inciso I do § 4º do art. 5º da Portaria MI n.º 379, de 15.08.2013:

Quadro 6 - Recursos previstos por Programa/Linha, Setor e Porte

(R\$ milhões)

Programas/Linhas	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores (*)						
FCO Empresarial	322.764	472.744	320.870	332.867	1.449.245	24,00
Industrial	11.527	166.589	141.084	84.620	403.820	
Infraestrutura	2.305	20.824	1.129	940	25.198	
Turismo	9.222	62.471	25.395	24.446	121.534	
Comércio e Serviços	299.710	222.861	153.261	222.861	898.693	
FCO Rural	138.328	472.744	429.001	584.627	1.624.700	27,00
Pronaf-RA e Pronaf Demais	23.055	315.163	153.215	487.189	978.621	
Demais Rurais	115.273	157.581	275.786	97.438	646.078	
Total	461.092	945.489	749.870	917.494	3.073.945	51,00

Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	310.107	454.205	308.286	319.813	1.392.412	23,10
Industrial	11.075	160.056	143.194	94.368	408.693	
Infraestrutura	5.538	40.014	1.023	1.716	48.290	
Turismo	5.538	40.014	6.137	9.608	61.297	
Comércio e Serviços	287.956	214.121	157.933	214.121	874.132	
FCO Rural	132.903	454.205	412.177	561.700	1.560.986	25,90
Total	443.010	908.411	720.464	881.514	2.953.398	49,00

Resumo Geral						
FCO Empresarial	632.871	926.950	629.156	652.680	2.841.657	47,15
Industrial	22.603	326.645	284.278	178.987	812.513	
Infraestrutura	7.843	60.838	2.151	2.656	73.488	
Turismo	14.759	102.485	31.532	34.054	182.830	
Comércio e Serviços	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825	
FCO Rural	271.230	926.950	841.178	1.146.327	3.185.686	52,85
Pronaf-RA e Pronaf Demais	23.055	315.163	153.215	487.189	978.621	
Demais Rurais	248.176	611.787	687.964	659.138	2.207.065	
Total	904.101	1.853.900	1.470.334	1.799.007	6.027.342	100,00

(*) Respeitando o limite mínimo de 30% para os beneficiários com faturamento de até R\$ 3,6 milhões

Fonte: Programação do FCO para 2015, atualizada em 03.11.2015

2.4. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no exercício de 2015 (R\$ 5.561,8 milhões) representou 92,3% do previsto (R\$ 6.027,3 milhões), conforme quadro a seguir:

Quadro 7: Orçamento - Previsto X Realizado

R\$ Milhões

Origem	Previsto (a)	Realizado (b)	% (b/a)
Repasse do Tesouro Nacional	2.301,6	2.131,6	92,6
Retornos de financiamentos	3.868,8	3.701,4	95,7
Resultado operacional	165,0	-79,2	(48,0)
Disponibilidades ao final do exercício anterior	255,0	255,0	100,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	-563,1	-446,9	79,4
Total	6.027,3	5.561,8	92,3

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório Circunstanciado do BB.

2.5. Repasses do Tesouro Nacional

Os repasses do Tesouro Nacional no exercício de 2015 totalizaram R\$ 2.131,6 milhões, montante 7,4% inferior ao previsto (R\$ 2.301,6).

2.6. Resultado operacional

Embora a previsão fosse de R\$ 164,9 milhões positivos, o resultado operacional, correspondente às receitas e despesas do Fundo, totalizou R\$ 79,2 milhões negativos.

Consoante informação no Relatório de Gestão do BB, a diferença no Resultado Operacional decorre da metodologia utilizada para apuração do valor realizado historicamente, a qual não está plenamente compatível com a forma de apuração do valor orçado. A situação foi objeto de recomendação da CGU e será ajustada para o exercício de 2016.

2.7. Disponibilidades ao final do Exercício anterior

O valor das disponibilidades ao final do exercício foi de R\$ 255,0 milhões, não havendo mudanças entre o previsto e o realizado.

2.8. Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores

O valor dos recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores foi de R\$ 446,9 milhões negativos, 20,6% menor que o previsto.

3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES

Observa-se que o desempenho realizado decorre diretamente do esforço conjunto dos Administradores do FCO, dos Governos dos Estados e do Distrito Federal e de outros órgãos e entidades com atuação relevante para o desenvolvimento regional, como os que integram os Conselhos de Desenvolvimento Estaduais (CDE), para atender as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, os R\$ 5.274,5 milhões aplicados no exercício beneficiaram 100,0% dos municípios da Região (467).

3.1. Contratações por Tipologia dos Municípios e por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2015 (R\$ 5.274,5 milhões), R\$ 702,9 milhões (13,3%) beneficiaram o Distrito Federal; R\$ 1.788,8 milhões (33,9%) o Estado de Goiás; R\$ 1.237,4 milhões (23,5%) o Estado de Mato Grosso do Sul; e R\$ 1.545,4 milhões (29,3%) o Estado de Mato Grosso, conforme quadro abaixo.

Quadro 8 – Contratações por Tipologia da PNDR e UF

(R\$ mil)

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	4.317	466.300	9.518	1.205.222	3.042	348.055	3.719	551.230	20.596	2.570.807
Dinâmica	-	-	3253	245.706	2501	194.202	7942	568.976	13.696	1.008.883
Estagnada	1.611	236.600	6.005	337.845	6.538	695.133	4.454	425.231	18.608	1.694.809
Total	5.928	702.899	18.776	1.788.773	12.081	1.237.389	16.115	1.545.437	52.900	5.274.498

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

Dos R\$ 5.274,5 milhões, foram financiados R\$ 2.570,8 milhões (48,7%) nos municípios de Alta Renda, representando 20.596 operações (38,9%); R\$1.008,9 milhões (19,1%) nos municípios de economia dinâmica, representando 13.696 operações (25,9%); e R\$1.694,8 milhões (32,2%) nos municípios de economia estagnada, representando 18.608 operações (35,2%).

Os municípios prioritários integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia na PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, foram responsáveis pela contratação de 32.304 operações de crédito (61,1% do total contratado) e de R\$ 2.703,7 milhões em recursos financiados (51,3% do total financiado), o que corresponde a 78,7% dos recursos previstos na Programação do Fundo para o exercício (R\$ 3.435,6 milhões).

Cumprir registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE. Assim, das 5.928 operações formalizadas com recursos do DF, 4.317 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 1.611 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

Verifica-se, ainda, que o Estado de GO concentrou as aplicações em espaços de alta renda, direcionando 67,4% (R\$ 1.205,2 milhões) dos recursos contratados (R\$ 1.788,8).

À vista desse resultado, sugere-se recomendar ao Banco do Brasil S.A., ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que estabeleçam metas e indutores de comportamento para as agências incrementarem as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Condel.

3.2. Contratações por Áreas Prioritárias

De acordo com a Portaria MI n.º 298, de 14.08.2014, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2015, os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FCO:

- a Faixa de Fronteira;
- a Mesorregião de Águas Emendadas;
- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e
- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO.

3.2.1. Faixa de Fronteira

As contratações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso) totalizaram R\$ 968,7 milhões em 2015, o que representa 82,8% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço no exercício (R\$ 1.169,3 milhões).

3.2.2. Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 77 municípios do Estado de Goiás que compõem a Mesorregião de Águas Emendadas, foram formalizadas operações no montante de R\$ 597,5 milhões, o que representa 116,6% do previsto para o exercício (R\$ 512,3 milhões).

3.2.3. Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF)

No exercício de 2015, foram contratadas 1.611 operações no montante de R\$ 236,6 milhões nos municípios goianos integrantes da Ride, o que representa 135,4% do montante previsto na Programação do FCO para o período (R\$ 174,8 milhões).

3.3. Contratações por Programas de Financiamento

Quadro 9 – Contratações por Programa de Financiamento e UF

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Programas	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	4.691	504.849	5.033	868.297	4.313	466.917	4.587	594.141	18.624	2.434.205
Industrial	436	54.110	1.821	366.364	1.160	101.710	1.055	189.623	4.472	711.806
Infraestrutura	7	3.222	85	49.101	8	1.776	12	6.177	112	60.275
Turismo	424	44.624	348	58.215	558	48.870	352	68.010	1.682	219.720
Comércio e Serviços	3.824	402.894	2.779	394.618	2.587	314.561	3.168	330.331	12.358	1.442.404
Rural	1.237	198.050	13.743	920.476	7.768	770.472	11.528	951.295	34.276	2.840.293
Pronaf Demais	372	12.373	10.202	333.069	4.474	135.266	9.622	453.754	24.670	934.462
Pronaf-RA	35	850	135	2.613	746	13.474	158	3.780	1.074	20.718
Demais Rurais	830	184.827	3.406	584.793	2.548	621.731	1.748	493.762	8.532	1.885.114
Total Geral	5.928	702.899	18.776	1.788.773	12.081	1.237.389	16.115	1.545.437	52.900	5.274.498

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

No período em análise, 52.900 operações foram contratadas com recursos do FCO, o que representa um crescimento de 37,5% na quantidade de operações contratadas em relação ao exercício de 2014 (38.474).

Entretanto, o montante contratado de R\$ 5.274,5 milhões, corresponde a 87,5% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 6.027,3 milhões) e 87,8% do total de recursos distribuídos no exercício de 2015 (R\$ 6.008,7 milhões).

Esse crescimento observado no número de operações, se deve em sua maioria às operações contratadas nas Linhas do Pronaf Demais, que foram responsáveis pela contratação de 46,6% das operações no exercício (24.670), com destaque para os Estados de GO (10.202) e MT (9.622) que realizaram o maior número de contratações nesta Linha.

Já em relação ao volume de recursos aplicados houve decréscimo de 7,6% em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 5.706,3 milhões em 2014 para R\$ 5.274,5 milhões em 2015).

3.3.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, o número de contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2015 (5.928 operações) apresentou um aumento de 4,6% em relação ao exercício de 2014 (5.668 operações), entretanto, o montante contratado sofreu um decréscimo de 14,5% em relação ao exercício de 2014, de R\$822,2 milhões para R\$ 702,9 milhões.

Quadro 9a: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF - Comparativo 2014 x 2015 – R\$ Mil

Setor/Linha	Exercício de 2014		Exercício de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	4.615	630.549	4.691	504.850	1,6	(19,9)
Industrial	611	93.260	436	54.110	(28,6)	(42,0)
Infraestrutura	18	2.697	7	3.222	(61,1)	19,5
Turismo	385	53.043	424	44.624	10,1	(15,9)
Comércio e Serviços	3.601	481.549	3.824	402.894	6,2	(16,3)
Rural	1.053	191.627	1.237	198.050	17,5	3,4
Pronaf-RA	25	500	372	12.373	1.388,0	2.374,6
Pronaf Demais	215	9.184	35	850	(83,7)	(90,7)
Demais Rurais	813	181.943	830	184.827	2,1	1,6
Total	5.668	822.176	5.928	702.900	4,6	(14,5)

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

Do montante de R\$ 702,9 milhões, 71,8% (R\$ 504,9 milhões) foram destinados ao setor empresarial e 28,2% (R\$ 198,0 milhões) ao setor rural, devido, principalmente, às características não rurais predominantes nas atividades econômicas do Distrito Federal. Tais percentuais aproximaram-se dos percentuais de distribuição definidos pela própria Unidade Federativa: 70,0% dos recursos para o setor empresarial e 30,0% para o rural.

3.3.2. Contratações no Estado de GO

O número de contratações realizadas no Estado de Goiás com recursos do FCO no exercício de 2015 (18.776 operações) apresentou um aumento de 62,0% em relação ao exercício de 2014 (11.591 operações) e o montante de recursos contratados (R\$ 1.788,8 milhões) obteve um aumento de 1,3% em relação a 2014 (R\$ 1.766,3).

Em comparação ao orçamento previsto para a UF (R\$ 1.853,9), a meta não foi atingida, pois o valor das contratações (R\$ 1.788,8 milhões) correspondeu a 96,5% do previsto.

Outro aspecto importante e que não foi apresentado no Relatório Circunstanciado do BB é que, conforme estabelecido na Programação do Fundo, as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste Goiano, no mínimo, 10% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

De acordo com o Caderno de Informações Gerenciais do FCO, de dezembro de 2015, foram contratadas, no Nordeste Goiano, 775 operações, no montante de R\$ 79,3 milhões. Comparado ao orçamento previsto, esse montante corresponde a 4,3%, não atingindo, assim, o mínimo de 10% previstos na Programação (R\$ 185,4).

Quadro 9b: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no GO - Comparativo 2014 x 2015 – R\$ Mil

Setor/Linha	Exercício de 2014		Exercício de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.790	832.215	5.033	868.298	80,4	4,3
Industrial	534	365.887	1.821	366.364	241,0	0,1
Infraestrutura	83	72.918	85	49.101	2,4	(32,7)
Turismo	140	72.361	348	58.215	148,6	(19,5)
Comércio e Serviços	2.033	321.049	2.779	394.618	36,7	22,9
Rural	8.801	934.045	13.743	920.475	56,2	(1,5)
Pronaf-RA	441	6.143	10.202	333.069	2.213,4	5.321,9
Pronaf Demais	4.663	234.220	135	2.613	(97,1)	(98,9)
Demais Rurais	3.697	693.682	3.406	584.793	(7,9)	(15,7)
Total	11.591	1.766.260	18.776	1.788.773	62,0	1,3

Fonte: Relatório de Gestão do BB 2014 e Relatório Circunstanciado do BB.

3.3.3. Contratações no Estado de MS

No Estado de Mato Grosso do Sul, o número de contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2015 (12.081 operações) apresentou um aumento de 11,9% em relação ao exercício de 2014 (10.792 operações), entretanto, o montante contratado sofreu um decréscimo de 7,1% em relação ao exercício de 2014, de R\$1.331,9 milhões para R\$ 1.237,4 milhões.

O montante de recursos contratados no Estado durante o exercício de 2015 representou 84,2% do orçamento previsto para a UF (R\$ 1.470,3).

Quadro 9c: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no MS
Comparativo 2014 x 2015

R\$ Mil

Setor/Linha	Exercício de 2014		Exercício de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	4.208	478.546	4.313	466.917	2,5	(2,4)
Industrial	761	86.019	1.160	101.710	52,4	18,2
Infraestrutura	15	15.032	8	1.776	(46,7)	(88,2)
Turismo	404	43.866	558	48.870	38,1	11,4
Comércio e Serviços	3.028	333.629	2.587	314.561	(14,6)	(5,7)
Rural	6.584	853.304	7.768	770.471	18,0	(9,7)
Pronaf-RA	1.616	24.138	4.474	135.266	176,9	460,4
Pronaf Demais	2.235	88.314	746	13.474	(66,6)	(84,7)
Demais Rurais	2.733	740.852	2.548	621.731	(6,8)	(16,1)
Total	10.792	1.331.850	12.081	1.237.388	11,9	(7,1)

Fonte: Relatório de Gestão do BB 2014 e Relatório Circunstanciado do BB.

3.3.4. Contratações no Estado de MT

O número de contratações realizadas no Estado de Mato Grosso durante o exercício de 2015 (16.115 operações) apresentou um aumento de 54,6% em relação ao exercício de 2014 (10.423 operações), entretanto, o montante de recursos contratados (R\$ 1.545,4 milhões) ficou reduzido em 13,5% em relação a 2014 (R\$ 1.786,1).

Em comparação ao orçamento previsto para a UF (R\$ 1.799,0), a meta não foi atingida, pois o valor das contratações (R\$ 1.545,4 milhões) correspondeu a 86% do previsto.

Quadro 9d: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no MT
Comparativo 2014 x 2015

R\$ Mil

Setor/Linha	Exercício de 2014		Exercício de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.470	721.660	4.587	594.141	85,7	(17,7)
Industrial	390	216.655	1.055	189.623	170,5	(12,5)
Infraestrutura	11	88.118	12	6.177	9,1	(93,0)
Turismo	158	76.955	352	68.010	122,8	(11,6)
Comércio e Serviços	1.911	339.932	3.168	330.331	65,8	(2,8)
Rural	7.953	1.064.397	11.528	951.296	45,0	(10,6)
Pronaf-RA	483	8.292	9.622	453.754	1.892,1	5.372,2
Pronaf Demais	5.669	403.893	158	3.780	(97,2)	(99,1)
Demais Rurais	1.801	652.212	1.748	493.762	(2,9)	(24,3)
Total	10.423	1.786.057	16.115	1.545.437	54,6	(13,5)

Fonte: Relatório de Gestão do BB 2014 e Relatório Circunstanciado do BB.

3.4. Contratações por Setor Assistido

Na avaliação das contratações por setor assistido, destacam-se as operações do setor rural que foi responsável pela contratação de 34.276 operações (64,8% das operações contratadas) e com montante de R\$ 2.840,3 milhões (53,8% do valor total financiado), o que corresponde a 89,2% da previsão para o setor (R\$ 3.185,7).

As contratações do setor empresarial, por sua vez, também ficaram abaixo do percentual previsto na Programação do FCO para 2015. Foram financiadas 18.624 operações (35,2% das operações contratadas, totalizando R\$ 2.434,2 milhões, o que corresponde a 85,7% do previsto para esse setor (R\$ 2.841,7).

O Quadro a seguir apresenta os valores contratados e os valores realizados nos setores empresarial e rural no exercício de 2015:

Quadro 10 – Contratações por Setor e UF

(R\$ mil)

UF	DF	GO	MS	MT	Total
Setor					
Empresarial	504.849	868.297	466.917	594.141	2.434.205
% realizado	71,80%	48,50%	37,70%	38,40%	46,20%
Rural	198.050	920.476	770.472	951.295	2.840.293
% realizado	28,20%	51,50%	62,30%	61,60%	53,80%
Total	702.899	1.788.773	1.237.389	1.545.437	5.274.498
%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

3.5. Contratações por Porte de Mutuário

Para enquadramento das operações, os beneficiários são classificados quanto ao porte, observados os critérios aprovados pelo Condel/Sudeco. Para o exercício de 2015, os parâmetros aprovados no âmbito da Programação do Fundo são os seguintes:

Quadro 11: Classificação Quanto ao Porte vigente em 2015

Beneficiários	Setor	Faturamento Bruto Anual / Renda Agropecuária Bruta Anual
Empreendedor Individual	Empresarial	Até R\$ 60 mil
Micro/Mini	Empresarial	Até R\$ 360 mil
	Rural	
Pequeno	Empresarial	Acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões
	Rural	
Pequeno-Médio	Empresarial	Acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões
	Rural	
Médio	Empresarial	Acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
	Rural	
Grande	Empresarial	Acima de R\$ 90 milhões
	Rural	

Fonte: Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, e Programação do FCO para 2015.

Ademais, de acordo com a Programação do FCO para 2015 (Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária), as contratações devem respeitar os seguintes percentuais mínimos e máximos (pisos e tetos):

- no mínimo, 51,0% dos recursos previstos para o exercício junto a empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões), sendo, no mínimo, 30,0% junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 3,6 milhões); e
- no máximo, 49,0% junto a médios e grandes tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões).

Ao analisar o desempenho das contratações com os tomadores de menor porte e com os de maior porte, percebe-se que foram atendidas as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo, definidas na Lei n.º 7.827, pelo MI e pelo Condrel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e de pequenas e microempresas.

Quadro 12 – Contratações por Porte e UF

						(R\$ mil)
Porte	DF	GO	MS	MT	Total	(%)
Grande	8.578	282.780	77.043	108.506	476.907	9,0
Médio	64.002	120.997	127.565	90.009	402.573	7,6
Subtotal	72.580	403.777	204.608	198.515	879.480	16,7
Pequeno-médio	187.984	206.912	262.595	246.266	903.757	17,1
Pequeno	410.089	895.150	661.402	897.394	2.864.035	54,3
Mini/Micro	31.847	282.887	108.302	203.237	626.273	11,9
EI	399	46	483	25	953	-
Subtotal	630.319	1.384.996	1.032.782	1.346.922	4.395.018	83,3
Total Geral	702.899	1.788.773	1.237.389	1.545.437	5.274.498	100,0

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

3.5.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

As contratações com tomadores de menor porte atingiram o montante de R\$ 4.395,0 milhões, o que representa 83,3% do total contratado na Região.

Constata-se que em todas as UFs as contratações dos tomadores de menor porte superaram as de maior porte (89,7% no DF; 77,4% em GO; 83,5% em MS; e 87,2% em MT), o que contribuiu para a superação da meta de 51,0% dos recursos previstos na Programação do FCO para 2015.

3.5.2. Contratações com médios e grandes tomadores

No exercício de 2015, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 879,5 milhões, o que representa 16,7% do total contratado na Região (R\$ 5.274,5 milhões).

Desses R\$ 879,5 milhões, R\$ 476,9 milhões (54,2%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 402,6 milhões (45,8%) a médios tomadores (9,0% e 7,6%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 5.274,5 milhões).

3.6. Pronaf Operacionalizado

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um programa do Governo Federal criado em 1995, que financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Consoante o Manual de Crédito Rural (MCR 10) do Banco Central do Brasil (Bacen), o Pronaf destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

A Programação do FCO para 2015 define que o Pronaf é operacionalizado de acordo com as normas disciplinadas no MCR 10, estabelecidas por Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e demais normativos do Bacen, estando dividido em Pronaf Demais (linhas não destinadas a reforma agrária) e Pronaf Reforma Agrária Planta Brasil (linhas destinadas a reforma agrária). Conforme o Quadro a seguir por UF:

Quadro 13 – Contratações do Pronaf por UF

(R\$ mil)

Programa	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Pronaf Demais	372	12.373	10.202	333.069	4.474	135.266	9.622	453.754	24.670	934.462
Pronaf RA	35	850	135	2.613	746	13.474	158	3.780	1.074	20.718
Total	407	13.223	10.337	335.682	5.220	148.741	9.780	457.534	25.744	955.180

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

No exercício de 2015, foram contratadas 24.670 operações do Pronaf Demais, o que corresponde a 46,6% das 52.900 operações contratadas no período, num total de R\$ 934,5 milhões, o que corresponde a 17,7% do volume financiado no exercício de 2015 (R\$ 5.274,5 milhões).

No Pronaf RA, o FCO financiou 1.074 operações, o que corresponde a 2,0% do total de operações contratadas no período (52.900), num total de R\$ 20,7 milhões, ou seja, 0,4% do volume financiado no período.

3.7. Contratações por Faixa de Valores

No setor empresarial, o maior volume de contratações, em número de operações, está na faixa acima de R\$ 35 mil até R\$100 mil, com 8.859 operações contratadas, num montante de R\$ 577,4 milhões, o equivalente a 47,6% do total de operações contratadas (18.624) no setor. Entretanto,

considerando o volume total contratado, a faixa de valores acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil, apresentou o maior montante, com R\$ 717,0 milhões (29,5% do total contratado).

Quadro 14 – Contratações nas Linhas Empresariais por Faixa de Valores

(R\$ mil)

Linhas Empresariais	Industrial		Infraestrutura		Turismo		Comércio e Serviços		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Até R\$ 1 mil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	101	725	-	-	368	2.701	49	368	518	3.794
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	922	22.434	3	61	2.620	62.945	431	10.365	3.976	95.804
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	2.208	146.469	15	1.157	5.857	380.246	779	49.490	8.859	577.363
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	926	133.158	37	5.428	2.463	351.928	279	38.802	3.705	529.317
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	296	146.447	56	32.803	1.025	469.461	141	68.281	1.518	716.991
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	2	1.533	-	-	10	6.409	-	-	12	7.942
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	8	43.845	-	-	11	52.179	1	9.816	20	105.840
Acima de R\$ 10.000 mil	9	217.194	1	20.827	4	116.535	2	42.598	16	397.154
Total	4.472	711.806	112	60.275	12.358	1.442.404	1.682	219.720	18.624	2.434.205

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

Assim como no setor empresarial, no setor rural, a maior demanda por financiamentos em termos de operações contratadas também contemplou projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, com a contratação de 12.981 operações, o equivalente a 37,9% do total de operações contratadas no setor. Do mesmo modo, considerando o volume total contratado, a faixa de valores acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil, apresentou o maior montante, de R\$ 1.051,1 milhões (37,0% do total contratado).

Quadro 15 – Contratações nas Linhas Rurais por Faixa de Valores

(R\$ mil)

Linhas Empresariais	Pronaf Demais		Pronaf RA		Demais Rurais		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Até R\$ 1 mil	31	21	4	3	-	-	35	24
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	4.489	34.269	315	1.915	10	76	4.814	36.259
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	10.603	226.116	755	18.799	335	8.485	11.693	253.401
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	8.596	544.716	-	-	4.385	377.758	12.981	922.473
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	949	128.878	-	-	1.961	309.055	2.910	437.933
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	2	463	-	-	1.779	1.050.609	1.781	1.051.072
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	-	-	-	-	32	23.876	32	23.876
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	29	80.255	29	80.255
Acima de R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	1	35.000	1	35.000
Total	24.670	934.462	1.074	20.718	8.532	1.885.114	34.276	2.840.293

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

3.8. Ticket Médio das Contratações

Em comparação ao exercício de 2014, em 2015, o ticket médio das operações apresentou uma redução da ordem de 32,8%, saindo de R\$ 148,3 mil para R\$ 99,7 mil.

Essa redução pode ser explicada pelo aumento de 37,5% no número de contratações, que passou de 38.474 operações em 2014, para 52.900 operações em 2015, e pela redução de 7,6% no volume total contratado, de R\$ 5.706,3 milhões em 2014 para R\$ 5.274,5 em 2015.

Abaixo os quadros do ticket médio das operações por programa e por UF:

Quadro 16 – Ticket médio das operações por Programa

(R\$ mil)

Setor/Linha	Exercício de 2014			Exercício de 2015			Variação
	Qtde.	Valor	Ticket médio	Qtde.	Valor	Ticket médio	%
Empresarial	14.083	2.662.970	189,1	18.624	2.434.205	130,7	-30,9
Industrial	2.296	761.820	331,8	4.472	711.806	159,2	-52,0
Infraestrutura	127	178.765	1.407,60	112	60.275	538,2	-61,8
Turismo	1.087	246.225	226,5	1.682	219.720	130,6	-42,3
Comércio e Serviços	10.573	1.476.159	139,6	12.358	1.442.404	116,7	-16,4
Rural	24.391	3.043.373	124,8	34.276	2.840.293	82,9	-33,6
Pronaf Demais	12.782	735.611	57,6	24.670	934.462	37,9	-34,2
Pronaf-RA	2.565	39.072	15,2	1.074	20.718	19,3	26,6
Demais Rurais	9.044	2.268.690	250,9	8.532	1.885.114	220,9	-11,9
Total	38.474	5.706.343	148,3	52.900	5.274.498	99,7	-32,8

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Quadro 17 – Ticket médio das operações por UF

(R\$ mil)

Setor/Linha	Exercício de 2014			Exercício de 2015			Variação
	Qtde.	Valor	Ticket médio	Qtde.	Valor	Ticket médio	%
DF	5.668	822.176	145,1	5.928	702.899	118,6	-18,3
GO	11.591	1.766.260	152,4	18.776	1.788.773	95,3	-37,5
MS	10.792	1.331.851	123,4	12.081	1.237.389	102,4	-17,0
MT	10.423	1.786.057	171,4	16.115	1.545.437	95,9	-44,0
Total	38.474	5.706.344	148,3	52.900	5.274.498	99,7	-32,8

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

3.9. Aplicações realizadas por outras Instituições Financeiras

O Banco do Brasil S.A., em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a saber:

- Banco de Brasília (BRB);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob);
- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento);
- Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento);
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi).

No exercício de 2015, foram contratados por outras instituições R\$ 136,3 milhões, o que representa 93,4% em relação ao montante observado em 2014 (R\$ 146,0 milhões).

Quadro 18 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte

(R\$ mil)

Instituição	Bancoob	BRB	GO Fomento	Sicredi	BRDE	MT Fomento	Total
Setor/Linha	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor
Empresarial	3 1.581	37 14.180	10 14.510	35 6.347	- -	27 3.948	112 40.566
Industrial	2 881	- -	6 10.889	2 915	- -	3 335	13 13.021
Infraestrutura	- -	- -	- -	- -	- -	- -	- -
Turismo	- -	- -	- -	- -	- -	16 2.614	16 2.614
Comércio e Serviços	1 700	37 14.180	4 3.621	33 5.432	- -	8 999	83 24.932
Rural	75 17.888	7 905	17 11.896	168 22.493	63 42.586	- -	330 95.767
Total	78 19.469	44 15.085	27 26.406	203 28.840	63 42.586	27 3.948	442 136.334

Porte	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor
Pequeno-Médio	3 1.581	- -	- -	10 2.603	- -	- -	13 4.184
Pequeno	54 15.943	44 15.085	27 26.406	116 18.120	57 35.665	4 674	302 111.894
Mini/Micro	21 1.944	- -	- -	77 8.116	6 6.920	23 3.274	127 20.255
EI	- -	- -	- -	- -	- -	- -	- -
Total	78 19.469	44 15.085	27 26.406	203 28.840	63 42.586	27 3.948	442 136.334

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

A estimativa de repasse de recursos a essas instituições é de 7% dos recursos previstos para o exercício, respeitado o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco Administrador para cada uma delas, o que corresponde, em 2015, a R\$ 421,9 milhões.

Efetivamente foram contratados R\$ 136,3 milhões, conforme pode ser verificado no quadro acima.

No exercício de 2015, as Instituições Operadoras do Repasse contrataram 442 operações (0,8% das operações contratadas) e financiaram R\$ 136,3 milhões (2,3% do valor financiado), o que equivale a 32,0% do montante previsto para aplicação no ano de 2015 nessa modalidade (R\$ 421,9 milhões).

Em comparação ao exercício de 2014, a quantidade de operações contratadas caiu de 633 operações para 442, uma redução de 30,2%, e o volume contratado também reduziu, saindo de R\$ 146,0 milhões para R\$ 136,3 milhões, o que corresponde a uma redução de 6,7%.

O Quadro abaixo apresenta as contratações do Programa de FCO para Repasse de acordo com a tipologia definida na PNDR:

Quadro 19 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia

(R\$ mil)

Instituição	Bancoob	BRB	GO Fomento	Sicredi	BRDE	MT Fomento	Total
Tipologia	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor	Qtde. Valor
Alta Renda	62 13.368	39 14.602	25 24.706	67 9.487	5 2.794	23 3.089	221 68.047
Dinâmica	7 3.987	- -	- -	85 12.007	23 19.786	1 250	116 36.030
Estagnada	9 2.113	5 483	2 1.700	51 7.346	35 20.005	3 609	105 32.257
Total	78 19.469	44 15.085	27 26.406	203 28.840	63 42.586	27 3.948	442 136.334

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

Nos números apresentados no quadro acima, constata-se que os municípios classificados como de Alta Renda absorveram 50,0% das operações contratadas (221 operações) e 49,9% dos recursos utilizados (R\$ 68,0 milhões). Já os municípios de Rendas Dinâmica e Estagnada, em conjunto, foram responsáveis por 50,0% das operações contratadas no período (221 operações) e 50,1% dos recursos utilizados (R\$ 68,3 milhões).

3.10. Beneficiários de Primeira Contratação

No exercício de 2015 foram formalizadas 13.549 operações com novos beneficiários no montante de R\$ 1.625,5 milhões. Esses números representam 25,6% do total de contratos formalizados (52.900) e 30,8% do total de recursos aplicados (R\$ 5.274,5 milhões), no exercício:

Quadro 20 – Contratações com novos beneficiários por Setor/Linha

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	1.716	195.062	1.591	365.807	1.147	194.223	1.290	176.430	5.744	931.522
Industrial	141	19.213	415	110.363	200	23.646	242	45.479	998	198.700
Infraestrutura	3	2.655	55	37.806	3	337	3	5.262	64	46.059
Turismo	172	23.315	119	23.872	134	15.493	117	17.049	542	79.729
Com e Serviços	1.400	149.879	1.002	193.766	810	154.747	928	108.640	4.140	607.033
Rural	391	39.274	2.329	215.480	2.084	172.906	3.001	266.355	7.805	694.015
Total	2.107	234.336	3.920	581.287	3.231	367.129	4.291	442.785	13.549	1.625.537

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

Os empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores contrataram R\$ 1.223,8 milhões em 13.411 operações, correspondentes a 75,3% dos recursos aplicados (R\$ 1.625,5 milhões) e a 98,9% das operações formalizadas (13.549) com novos beneficiários. Os médios e grandes tomadores foram beneficiados com R\$ 401,8 milhões em 138 operações, correspondentes a 24,7% dos recursos aplicados e 1,1% das operações formalizadas com novos beneficiários.

Quadro 21 – Contratações com novos beneficiários por Porte

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Grande	3	3.408	6	155.527	2	70.679	3	25.199	14	254.813
Médio	39	16.966	33	61.368	18	43.967	34	24.667	124	146.968
Peq-médio	236	47.007	234	43.486	124	37.305	183	44.521	777	172.318
Pequeno	1.549	154.186	2.869	267.367	2.549	189.110	3.274	309.481	10.241	920.144
Mini/Micro	250	12.418	771	53.493	476	25.687	793	38.899	2.290	130.497
EI	30	351	7	46	62	381	4	18	103	797
Total	2.107	234.336	3.920	581.287	3.231	367.129	4.291	442.785	13.549	1.625.537

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

4. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS

4.1. Indicadores de Desempenho

O Condel/Sudeco, por meio da Resolução n.º 043, de 29.12.2015, definiu para o exercício de 2015 os mesmos Indicadores e Metas de Gestão de Desempenho do FCO estabelecidos para o exercício de 2014, aprovados por meio da Resolução n.º 023/2014, de 25.03.2014, alterados pela Resolução n.º 032/2014, de 26.11.2014:

- a) **Índice de Aplicação**

$$IA = \frac{VCT}{VDE}$$
 Valor Contratado Total
 Valor Distribuído no Exercício
- b) **Índice de Contratações com Menor Porte**

$$ICMP = \frac{VCMP}{VCT}$$
 Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual
 Valor Contratado Total no Exercício Atual
- c) **Índice de Inadimplência**

$$II = \frac{SPV}{SDT}$$
 Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% BB)
 Saldo Devedor Total das Operações de Crédito (Risco 100% BB)
- d) **Índice de Cobertura das Contratações no Exercício**

$$ICCE = \frac{MOC}{MR}$$
 Municípios com Operações Contratadas
 Municípios da Região Centro-Oeste
- e) **Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual**

$$ICNB = \frac{VCNB}{VCT}$$
 Quantidade de Operações com Novos Beneficiários
 Quantidade de Operações Contratadas Total
- f) **Índice de Contratações por UF**

$$ICUF = \frac{VCUF}{VCT}$$
 Valor Contratado nas Unidades Federativas
 Valor Contratado Total
- g) **Índice de Contratações por Setor**

$$ICS = \frac{VCS}{VCT}$$
 Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural)
 Valor Contratado Total
- h) **Índice de Tempo Médio de Contratação**

$$ITM = \frac{TME}{TMEA}$$
 Tempo médio de atendimento das propostas no exercício atual
 Tempo médio de atendimento das propostas no exercício anterior
- i) **Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios**

$$ICTM = \frac{VCTM}{VCT}$$
 Valor Contratado nos Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica
 Valor Contratado Total

4.2. Metas de Desempenho e Resultados Alcançados

Quadro 22: Indicadores e Metas - Resultados Alcançados no Exercício de 2015

Alínea	Indicador	Meta	Resultado
a)	Índice de Aplicação (IA)	90,0%	87,8%
b)	Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)	51,0%	83,3%
c)	Índice de Inadimplência (II) - até	1,0%	0,4%
d)	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)	100,0%	100,0%
e)	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)	20,0%	25,6%
f)	Índice de Contratações por UF (ICUF)		
	DF	15,0%	13,3%
	GO	30,4%	33,9%
	MT	30,4%	29,3%
g)	Índice de Contratações por Setor (ICS)		
	Rural	48,0%	53,8%
	Empresarial	52,0%	46,2%
h)	Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)	35 dias	34,9 dias
i)	Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios (ICTM)	56,1%	51,3%

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

a) Índice de Aplicação (IA)

As contratações com recursos do FCO no Exercício de 2015 atingiram R\$ 5.274,5 milhões, 87,8% do montante dos recursos distribuídos no Exercício de 2015 para aplicação (R\$ 6.008,7 milhões), portanto inferior à meta de 90,0%.

b) Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)

As contratações com os segmentos de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores atingiram o montante de R\$ 4.395,0 milhões. Considerando o total contratado na Região, de R\$ 5.274,5 milhões, o ICMP foi de 83,3%, resultado superior à meta de 51,0% estabelecida pelo Condel.

c) Índice de Inadimplência (II)

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações) observado no final do Exercício de 2015, foi de 0,4%, inferior à meta estabelecida pelo Condel, de até 1,00%.

De acordo com o Relatório de Gestão do Banco, para alcançar esse desempenho, a Instituição conta com sua Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, responsável pelas estratégias de cobrança e recuperação de crédito da Instituição, atuando permanentemente para evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzir os índices observados, sendo utilizadas estratégias como: intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento (CABB); utilização pelas Agências de ferramenta de identificação e gerenciamento do atraso por cliente; esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.

d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício (ICCE)

No Exercício de 2015, 100,0% dos 467 municípios da Região Centro-Oeste, contaram com financiamentos com recursos do FCO para empreendimentos em seus territórios.

O Banco ressalta em seu Relatório de Gestão, que o atingimento deste número deve-se à sua rede de atendimento, que alcança todas as comunidades organizadas do Centro-Oeste, dispondo sempre de um ponto de atendimento próximo dos produtores rurais e dos empresários, onde estes podem apresentar as suas propostas de financiamento.

e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)

Do total de 52.900 operações contratadas no Exercício de 2015, 13.549 (25,6%) foram formalizadas com novos beneficiários, percentual superior à meta de 20,0% estabelecida pelo Condel.

f) Índice de Contratações por UF (ICUF)

O quadro abaixo demonstra o índice de contratação por UF comparado com a meta estipulada, após reprogramação.

	Meta Prevista (%)	Realizada (%)
Distrito Federal (DF)	15,0	13,3
Goiás (GO)	30,4	33,9
Mato Grosso (MT)	30,4	29,3
Mato Grosso do Sul (MS)	24,2	23,5

O Estado de GO liderou em volume de contratações com R\$ 1.788,8 milhões, equivalentes a 33,9% do montante observado na Região (R\$ 5.274,5 milhões), seguido por MT, com R\$ 1.545,4 milhões (29,3%); MS, com R\$ 1.237,4 milhões (23,5%); e DF com R\$ 702,9 milhões (13,3%).

g) Índice de Contratações por Setor (ICS)

As metas previstas foram de 52,0% dos recursos para o setor empresarial e 48,0% para o setor rural.

Do montante de R\$ 5.7274,5 milhões, R\$ 2.840,3 milhões (53,8%) foram contratados com o setor rural e R\$ 2.434,2 milhões (46,2%), com o setor empresarial.

A avaliação dos resultados demonstra a superação da meta de contratação com o setor rural, que atingiu 53,8% do volume aplicado, ratificando a vocação da região.

h) Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)

O tempo médio de contratação apurado no exercício de 2015 foi de 34,9 dias, portanto dentro da meta estabelecida pelo Condel de 35 dias.

i) Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios (ICTM)

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 2.703,7 milhões, correspondente a 51,3% do total contratado no exercício, aquém da meta estipulada pelo CONDEL de 56,1%.

5. GESTÃO DO FUNDO

5.1. Formação de Alianças Institucionais

Considerando seu importante papel no fomento ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste, bem como para aplicação mais efetiva dos recursos do Fundo, a Sudeco, individualmente ou em parceria, fortaleceu, ao longo do exercício de 2015, por meio de diversas ações, a formação de alianças Institucionais, trazendo para discussão os mais variados parceiros, como governos estaduais e do DF, instituições operadoras, Sebrae etc. As principais ações foram:

- Comitê Regional de Articulação das Instituições Financeiras Federais – CRIFF: realização da 5ª reunião ordinária com a participação do Banco do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudeco - CASE: realização da 2ª e 3ª reuniões ordinárias com a participação do Banco do Brasil S.A., da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul – FIEMS, da Secretaria de Estado de Produção e Agricultura Familiar – SEPAF MS, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – SEMADE MS, da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários – SEAF MT, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC MT, Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso – FIEMT, Agência de Fomento de Mato Grosso – MT Fomento, Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI, Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, Secretaria de Desenvolvimento – SED GO e Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável – SEDS DF;
- Encontros da Programação: foram realizados 4 (quatro) encontros, sendo um em cada unidade federativa do Centro-Oeste;
- 1º Encontro Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste: evento em parceria com a Sudeco e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – 02 e 03/09/2015;
- Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC, por meio da Rede Nacional de Informações sobre Investimentos – RENAI;
- I Encontro das Associações Estaduais de Municípios da Região Centro-Oeste, Tocantins e Rondônia – Brasília (DF) - 18/5/2015;
- Levantamento de demandas no setor de turismo - Campo Grande (MS) - 28/10/2015 - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul - Fecomércio (MS);

- Reunião para levantamento de demandas para prospecção de parcerias entre as entidades: Sudeco, Instituto Federal Goiano - IFGoiano e os Municípios de Rio Quente e Caldas Novas-GO – Morrinhos (GO) - 14/10/2015;
- Reunião para levantamento de demandas do turismo local - Cuiabá (MT) - 4/11/2015.

5.2. Ações realizadas com a finalidade de estimular o atendimento

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, atenta à necessidade de cumprimento da Programação do FCO, que prevê a aplicação de 51% dos recursos em empreendimentos de tomadores de menor porte, em articulação com o Banco do Brasil, os governos estaduais e do DF, dentre outros parceiros, realizaram algumas ações ao longo do exercício de 2015, com destaque:

- Workshop - Linhas de Financiamento para Empresas e Produtores Rurais da Região Centro-Oeste

Reunião	Data	Público	Local
1ª	23.07.2015	155	Cuiabá - MT
2ª	05.08.2015	115	Campo Grande - MS
3ª	17.09.2015	96	Goiânia - GO

- Capacitação das Secretarias Municipais

Reunião	Data	Público	Local/UF
1º	23.11.2015	59	Cuiabá - MT
2º	25.11.2015	36	Rondonópolis - MT

Cabe destacar a participação da Superintendência em alguns eventos com o objetivo de estimular a atração de investimentos na Região:

- Participação da Superintendência na 70ª Exposição Agropecuária do Estado de Goiás e da 30ª Exposição, Goiânia (GO) - 13/5/2015.
- Participação no Seminário Empresarial para Integração Produtiva Brasil – Paraguai – Montevideu (Paraguai) - 10/9/2015.
- 6º Seminário de Capacitação em Atração de Investimentos: *‘Attracting FDI to Brazil – Best Practices in Investment Promotion and Facilitation’* - Brasília (DF) - 22 e 23/10/2015.

5.3 Auditoria Externa

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deve ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do exercício de 2015 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 26.04.2016, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração do Fundo com base na regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, conforme Notas Explicativas n.º 2 e 3.

Registra, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais e pelos controles internos necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Salienta que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescenta que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Registra, ainda, acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

Afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 31.12.2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, descritas nas Notas Explicativas n.º 2 e 3 às referidas demonstrações contábeis.

Quanto à base de elaboração das demonstrações contábeis, a KPMG, sem modificar sua opinião, chama a atenção para as Notas Explicativas n.º 2 e 3 às demonstrações contábeis, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

6. PNDR

6.1. Impactos para o Desenvolvimento Regional

O Condel/Sudeco, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2015.

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pelo Condel e os resultados alcançados no exercício de 2015, de acordo com as informações contidas no Relatório Circunstanciado do Banco Administrador, apresentadas a seguir:

a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:

No exercício de 2015, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 3.491,3 milhões, o que representa 57,9% do montante de recursos previstos (R\$ 6.027,3 milhões), 62,8% do orçamento realizado (R\$ 5.561,8 milhões) e 66,19% do total contratado na Região (R\$ 5.274,5 milhões).

No que se refere às contratações em projetos de apoio aos tomadores de menor porte (mini e pequenos produtores rurais, empreendedores individuais e micro e pequenas empresas), estes atingiram o montante de R\$ 4.395,0 milhões, representando 83,3% do valor total contratado no período (R\$ 5.274,5 milhões).

Em relação à quantidade de operações contratadas, os tomadores de menor porte registraram 52.309 operações, o que representa 98,9% da quantidade de operações contratadas no exercício de 2015 (52.900).

Do montante de R\$ 3.491,3 milhões, R\$ 934,5 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e R\$ 20,7 milhões no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária.

Já a quantidade de operações no Pronaf atingiu 25.744, o que representa 48,7% da quantidade de operações contratadas no período (52.900).

b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 599,6 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (227,7 mil diretos e 371,9 mil indiretos), no exercício de 2015.

Se considerado o período de 1989 a dezembro de 2015, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 6.061,5 mil.

Consoante as informações apresentadas no Relatório Circunstanciado do BB, a seguir exemplos de projetos que atendem a prioridade:

Agência Contratante: 2892

Nº da Operação: 40/00542

Valor da Operação: R\$ 584.141,04

Finalidade: Construção civil

Município: Brasília (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de emprego e aumento de renda

Empregos gerados ou mantidos: 24 empregos

Agência Contratante: 3382

Nº da Operação: 40/01088

Valor da Operação: R\$ 722.684,24

Finalidade: Aquisição de softwares e manutenção de serviços (centrais telefônicas)

Município: Brasília (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: empregos diretos

Empregos gerados ou mantidos: antes do investimento 600 empregos diretos, após o investimento 1.150 empregos diretos

Agência Contratante: 5560

Nº da Operação: 40/00187

Valor da Operação: R\$ 1.902.558,26

Finalidade: construção de cinco galpões para a criação de aves, sistema de criação de matrizes produtoras, mão de obra para terraplanagem e construção de casa e composteira

Município: Formosa (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: fortalecimento da cadeia de avicultura, arrecadação de impostos com reversão em benefícios sociais, geração de emprego e renda, redução do valor de comercialização do produto, via redução de custos e aumento da oferta de produtos

Empregos gerados ou mantidos: 60 empregos

Agência Contratante: 3388

Nº da Operação: 40/02168

Valor da Operação: R\$ 20.826.656,04

Finalidade: construção de novo centro de distribuição na região Centro-Oeste por empresa de grande porte do ramo de ferragens

Município: Goiânia (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos na cadeia logística com desenvolvimento da região, incremento na prestação de serviços de manutenção de caminhões, comércio de peças, combustíveis, gerando renda e investimentos de cunho social

Empregos gerados ou mantidos: geração de 70 empregos diretos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 17/45934

Valor da Operação: R\$ 20.930.000,00

Finalidade: Implantação de unidade de esmagamento de soja com capacidade de 1.500 toneladas/dia

Município: Ipameri (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de novas empresas e renda no campo e na cidade, diversificação dos negócios locais, aumento da atividade comercial local, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, diversificação da produção industrial local e consolidação da cadeia produtiva da soja

Empregos gerados ou mantidos: gerados 50 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01247

Valor da Operação: R\$ 12.994.802,06

Finalidade: Financiar a aquisição de nova caldeira geradora de vapor, picador de lenha, construção de câmara fria de estocagem e aquisição de conjunto de incubadoras e nascedouros para o incubatório

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, criação de alternativa para a melhoria da renda familiar, inclusão de pequenos produtores rurais e de trabalhadores rurais no processo produtivo da agroindústria nacional e aumento na geração de riqueza regional.

Empregos gerados ou mantidos: gerados 435 novos empregos.

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01248

Valor da Operação: R\$ 5.040.000,00

Finalidade: Implantação de ERP – Software de Gestão Corporativa – SAP ECC 6.0, em substituição do atual TOTVS, tendo em vista o crescimento sustentável vertiginoso da empresa e a necessidade de utilização de novas tecnologias capaz de garantir a integridade dos processos e a perenidade do negócio no longo prazo

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01251

Valor da Operação: R\$ 7.087.653,24

Finalidade: Implantação de um novo sistema de tratamento de efluentes, tendo em vista o crescimento sustentável da empresa, fato que requer cada vez mais a utilização de novas tecnologias capazes de garantir a sustentabilidade do negócio, bem como atender e cumprir as severas normas exigidas pelos órgãos reguladores do meio ambiente.

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: redução de carga poluidora; diminuição de uso de biomassa vegetal (madeira) na caldeira, sendo substituído pelo biogás, redução nas emissões de carbono, promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos.

Agência Contratante: 3933

Nº da Operação: 40/01883

Valor da Operação: R\$ 328.478,37

Finalidade: Implantação de lavanderia

Município: Itaquiraí (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos e desenvolvimento econômico da região

Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos

Agência Contratante: 0728

Nº de Operação: 40/005068

Valor da Operação: R\$ 2.556.271,33

Finalidade: Implantação de floresta de eucalipto

Município: Amaurilândia (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos na região, pois exigirá mão de obra para o plantio e manutenção da floresta, assim como beneficiará as revendas de defensivos agrícolas, lojas de peças, revendedores de combustível e lubrificante, viveiros de mudas, enfim todos os envolvidos direta e indiretamente no empreendimento

Empregos gerados ou mantidos: 3 empregos diretos e inúmeros empregos indiretos dentro da cadeia de produção florestal

Agência Contratante: 4776

Nº da Operação: 40/00511

Valor da Operação: R\$ 7.606.329,43

Finalidade: Implantação de floresta de eucalipto

Município: Selviria (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: diversificação da base produtiva do município com a produção de madeira para celulose e energia, estimulando outros setores da economia local, como a indústria de fertilizantes, insumos, construção civil e outros

Empregos gerados ou mantidos: 15 empregos diretos e 10 indiretos

Agência Contratante: 1881

Nº da Operação: 40/04989

Valor da Operação: R\$ 8.946.319,53

Finalidade: Construção de confinamento

Município: Rio Verde de Mato Grosso (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de recursos e empregos dentro da propriedade, fortalecimento da cadeia produtiva da produção de carne bovina e a movimentação da economia através da comercialização de insumos como medicamentos, adubos, suplementos minerais, etc.

Empregos gerados ou mantidos: 35 empregos diretos

Agência Contratante: 8628

Nº da Operação: 40/00753

Valor da Operação: R\$ 6.413.308,74

Finalidade: Melhoramento genético do rebanho bovino e reforma de pastagens

Município: Corumbá (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos, melhoria do bem estar social do homem do campo e sua família, fixando-os na área rural e utilização racional das pastagens com redução da emissão de carbono

Empregos gerados ou mantidos: 25 empregos diretos e 50 empregos indiretos

Agência Contratante: 3496

Nº da Operação: 40/02171

Valor da Operação: R\$ 8.677.392,00

Finalidade: Implantação de floresta de eucalipto

Município: Nova Andradina (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Diversificação da base produtiva do município com a produção de madeira para celulose e energia, estimulando outros setores da economia local, como a indústria de fertilizantes, insumos, construção civil e outros

Empregos gerados ou mantidos: 28 empregos diretos e 53 empregos indiretos

Agência Contratante: 1320

Nº da Operação: 40/02802

Valor da Operação: R\$ 1.175.514,00

Finalidade: Construção Civil (aquisição de móveis e utensílios)

Município: Brasnorte (MT)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: por tratar-se de um empreendimento no setor de comércio, esta operação representou uma quantidade considerável de empregos gerados, em um município que tem carência em empregos formais

Empregos gerados ou mantidos: 73 empregos

Agência Contratante : 1317

Nº da Operação: 40/05154

Valor da Operação: R\$ 2.000.000,00

Finalidade: Construção Civil

Município: São Felix do Araguaia (MT)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: construção de uma filial, cuja matriz é uma empresa de grande porte do setor de comércio de máquinas agrícolas. Além da geração de empregos diretos, a construção da loja empregou elevada quantidade de trabalhadores, gerando diversos empregos indiretos

Empregos gerados ou mantidos: 15 empregos

- c) **projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:**

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1 – Conservação da Natureza teve, no exercício de 2015, R\$ 47,6 milhões de recursos contratados.

Já a Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) da Linha, criada com o objetivo de intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta, teve, no mesmo período, R\$ 8,0 milhões de recursos contratados.

Em síntese, foram realizadas, no âmbito da Linha (Modalidades 1 e 2), 59 operações no valor total de R\$ 55,6 milhões.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, a estimativa de aplicação de recursos do FCO no exercício, para o financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis é de, no mínimo, 5% dos recursos previstos no exercício (R\$ 301,4 milhões).

Embora os resultados estejam aquém do esperado, o Banco do Brasil S.A. destaca em seu Relatório Circunstanciado que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

Quadro 23 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente

(R\$ mil)

UF	Conservação da Natureza		ILPF		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	12	2.927	-	-	12	2927
GO	5	925	1	1.950	6	2.875
MS	22	26.777	2	3.501	24	30.278
MT	15	16.942	2	2.560	17	19.502
Total	54	47.570	5	8.011	59	55.581

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

Em comparação ao exercício de 2014, quadro abaixo, observa-se a queda a queda no resultado desta prioridade:

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade no exercício de 2014

Modalidade	Quantidade	Valor
1 – Conservação da Natureza	128	R\$ 172,1 milhões
2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta Linha	15	R\$ 19,4 milhões
Total	143	R\$ 191,5 milhões

- d) **projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:**

No Relatório Circunstanciado do Banco Administrador, estão relacionadas algumas operações contratadas junto aos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

A Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, teve, no exercício de 2015, 36 operações, num montante de R\$ 92,8 milhões de recursos aplicados.

A título de informação, a seguir, transcrição das operações apresentadas no Relatório Circunstanciado do Banco:

Agência Contratante: 4885

Nº da Operação: 40/00136

Valor da Operação: R\$ 750.000,00

Finalidade: Aquisição de pulverizador agrícola

Município: Planaltina (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: adoção de novas tecnologias para o desenvolvimento de lavouras, redução da exposição dos trabalhadores a agentes químicos com dano à saúde, melhoria da eficiência no controle de pragas e redução de custos de produção

Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 17/45934

Valor da Operação: R\$ 20.930.000,00

Finalidade: Implantação de unidade de esmagamento de soja com capacidade de 1.500 toneladas/dia

Município: Ipameri (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região, geração de novas empresas e renda no campo e na cidade, diversificação dos negócios locais, aumento da atividade comercial local, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, diversificação da produção industrial local e consolidação da cadeia produtiva da soja

Empregos gerados ou mantidos: gerados 50 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01247

Valor da Operação: R\$ 12.994.802,06

Finalidade: Financiar a aquisição de nova caldeira geradora de vapor, picador de lenha, construção de câmara fria de estocagem e aquisição de conjunto de incubadoras e nascedouros para o incubatório

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, criação de alternativa para a melhoria da renda familiar, inclusão de pequenos produtores rurais e de trabalhadores rurais no processo produtivo da agroindústria nacional e aumento na geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: gerados 435 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01248

Valor da Operação: R\$ 5.040.000,00

Finalidade: Implantação de ERP – Software de Gestão Corporativa – SAP ECC 6.0, em substituição do atual TOTVS, tendo em vista o crescimento sustentável vertiginoso da empresa e a necessidade de utilização de novas tecnologias capaz de garantir a integridade dos processos e a perenidade do negócio no longo prazo

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos.

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01251

Valor da Operação: R\$ 7.087.653,24

Finalidade: Implantação de um novo sistema de tratamento de efluentes, tendo em vista o crescimento sustentável da empresa, fato que requer cada vez mais a utilização de novas tecnologias capazes de garantir a sustentabilidade do negócio, bem como atender e cumprir as severas normas exigidas pelos órgãos reguladores do meio ambiente.

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: redução de carga poluidora; diminuição de uso de biomassa vegetal (madeira) na caldeira, sendo substituído pelo biogás, redução nas emissões de carbono, promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos.

Agência Contratante: 3938

Nº da Operação: 40/01598

Valor da Operação: R\$ 799.999,84

Finalidade: Modernização da propriedade

Município: Tacuru (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: diminuir custos com destoca de pastagem com a utilização de máquina própria, renovação da frota de máquinas, incremento na receita, incremento na produtividade, incremento na taxa de lotação das pastagens, retorno econômico com baixo risco, geração de emprego e renda, aumento da arrecadação tributária e contribui com a preservação das florestas nativas e ecossistemas remanescentes

Empregos gerados ou mantidos: 3 empregos diretos e 8 empregos indiretos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16517

Valor da Operação: R\$ 519.409,57

Finalidade: Reforma de pastagens

Município: Porto Murtinho (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a reforma de pastagens é uma das tecnologias agropecuárias de maior eficácia para controlar a degradação do solo e minimizar a emissão de gases de efeito estufa, proporcionando impactos positivos em atributos químicos, físicos e biológicos do solo. Do ponto de vista econômico, a recuperação ou renovação de pastagens

seguidas de correto manejo geral ganhos econômicos para o pecuarista, que pode ter uma maior rotatividade de animais

Empregos gerados ou mantidos: 3 empregos diretos e 8 empregos indiretos

Agência Contratante: 0728

Nº da Operação: 40/05681

Valor da Operação: R\$ 521.550,00

Finalidade: Aquisição de novilho precoce

Município: Nova Andradina MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: benefício ao meio ambiente, com a adoção de melhores tecnologias e aproveitamento de pastagens ociosas na propriedade, melhorando a produtividade e gerando emprego e renda

Empregos gerados ou mantidos: 4 empregos diretos e 20 empregos indiretos

Agência Contratante: 0728

Nº da Operação: 40/05201

Valor da Operação: R\$ 565.250,00

Finalidade: Modernização do parque de máquinas

Município: Batayporã (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: evitar desperdício de defensivos agrícolas, redução da possibilidade de acidentes de trabalho, geração de emprego na região, beneficiando revendas de defensivos, lojas de peças e equipamentos e mão de obra especializada

Empregos gerados ou mantidos: 4 empregos diretos e qualificação dos empregados existentes

Agência Contratante: 0903

Nº da Operação: 40/06643

Valor da Operação: R\$ 1.900.000,00

Finalidade: Modernização do parque de máquinas

Município: Naviraí (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a execução do projeto promoverá maior agilidade e eficiência na colheita das lavouras, evitando desperdício de grãos e assim maximizando a rentabilidade do produtor, repercutindo na renda arrecadada pelo município e região

Empregos gerados ou mantidos: 2 empregos diretos e 10 empregos indiretos

Agência Contratante: 0903

Nº da Operação: 40/06392

Valor da Operação: R\$ 612.228,80

Finalidade: Modernização de aviário

Município: Juti (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: o produtor pretende modernizar o seu aviário para que possa atender as exigências do mercado, aumentando a rapidez de distribuição de ração e água, tendo menor contato com as aves e consequentemente aumentando a produção de aves.

Empregos gerados ou mantidos: manutenção dos empregos existentes

Agência Contratante: 1997

Nº da Operação: 40/00529

Valor da Operação: R\$ 807.716,00

Finalidade: Modernização da propriedade

Município: Corumba (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: proporcionar maior capacidade de suporte e melhoria da qualidade das pastagens. Paralelamente serão feitas divisões de invernadas assim como melhoria da disponibilidade de água aos bovinos. O uso de tecnologias preconizadas seguirá orientações da Embrapa, a fim de melhorar os índices zootécnicos, gerando produtividade ao empreendimento.

Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos diretos e 6 indiretos

e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em polos turísticos:

No exercício de 2015, foram contratadas 1.682 operações, num montante de R\$ 219,7 milhões, o que representa 120,2% dos recursos previstos (R\$ 182,8 milhões) no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e para MGE.

Quadro 24 – Projetos do setor de turismo

(R\$ mil)

Contratações	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	424	348	558	352	1.682
%	25,2%	20,7%	33,2%	20,9%	100,0%
Valor	44.624	58.215	48.870	68.010	219.720
%	20,3%	26,5%	22,2%	31,0%	100,0%

Fonte: Relatório Circunstanciado

No Relatório Circunstanciado do Banco Administrador, estão relacionadas algumas operações contratadas nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, conforme abaixo:

Agência Contratante: 0311

Nº da Operação: 40/07034

Valor da Operação: R\$ 388.368,24

Finalidade: ampliação e modernização de empreendimento da rede hoteleira do município

Município: Catalão (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento da capacidade e melhoria das condições para hospedagem no município, geração de empregos e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 4 novos empregos

Agência Contratante: 0642

Nº da Operação: 40/02662

Valor da Operação: R\$ 395.000,00

Finalidade: construção de empreendimento visando o atendimento à demanda da população local e visitantes no ramo de alimentação e entretenimento

Município: Jaraguá (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento do consumo de mercadorias produzidas na região para abastecimento do restaurante, opção de entretenimento aos residentes e visitantes do município, geração de empregos, incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência Contratante: 3607

Nº da Operação: 40/00229

Valor da Operação: R\$ 400.000,00

Finalidade: ampliação e modernização de espaço de buffet

Município: Goiânia (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento da utilização de mão-de-obra e consumo de matérias-primas produzidas na região, geração de empregos e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência Contratante: 3684

Nº da Operação: 40/01511

Valor da Operação: R\$ 550.000,00

Finalidade: implantação de empreendimento do setor hoteleiro

Município: Nerópolis (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: oferta de serviços e produtos modernos e de qualidade a preço acessível para residentes e visitantes, geração de empregos e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência Contratante: 0728

Nº da Operação: 40/05426

Valor da Operação: R\$ 1.801.644,88

Finalidade: Implantação de Hotel

Município: Nova Andradina (MS)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos; elevação do nível de atividade econômica do município, e elevação dos tributos recolhidos

Empregos gerados ou mantidos: 20 novos empregos

Agência Contratante: 2188

Nº da Operação: 40/04044

Valor da Operação: R\$ 795.000,00

Finalidade: Implantação de Hotel

Município: Ivinhema (MS)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: elevação do nível de atividade econômica do município e elevação dos tributos recolhidos

Empregos gerados ou mantidos: 8 novos empregos

Agência Contratante: 3931

Nº da Operação: 40/02836

Valor da Operação: R\$ 680.000,00

Finalidade: Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos

Município: Matupá (MT)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: manutenção e geração de novos empregos no setor turístico da cidade e manutenção da competitividade do hotel frente a concorrência por meio da modernização

Empregos gerados ou mantidos: 46 novos empregos

f) projetos da indústria de alimentos;

Além da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocação de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima, cabe destacar os projetos abrangidos pela Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir), destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, tiveram, no exercício de 2015, 4.508 operações, num montante de R\$ 804,6 milhões de recursos aplicados.

No Relatório Circunstanciado do Banco, estão relacionadas algumas operações contratadas que atendem a esta prioridade, conforme abaixo:

Agência Contratante: 2912

Nº da Operação: 40/01011

Valor da Operação: R\$ 1.000.000,00

Finalidade: construção civil, aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação de panificadora

Município: Brasília (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de emprego, aumento da renda e aumento na produção de alimentos

Empregos gerados ou mantidos: 5 novos empregos

Agência Contratante: 2146

Nº da Operação: 40/04505

Valor da Operação: R\$ 3.253.873,99

Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos, aumento na produção de alimentos e aumento significativo na arrecadação de impostos

Empregos gerados ou mantidos: 7 novos empregos

Agência Contratante: 2146

Nº da Operação: 40/04484

Valor da Operação: R\$ 2.460.706,48

Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos, aumento na produção de alimentos e aumento significativo na arrecadação de impostos

Empregos gerados ou mantidos: 6 novos empregos

Agência Contratante: 2146

Nº da Operação: 40/04491

Valor da Operação: R\$ 1.646.031,99

Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos, aumento na produção de alimentos e aumento significativo na arrecadação de impostos

Empregos gerados ou mantidos: 3 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 17/45934

Valor da Operação: R\$ 20.930.000,00

Finalidade: Implantação de unidade de esmagamento de soja com capacidade de 1.500 toneladas/dia

Município: Ipameri (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de novas empresas e renda no campo e na cidade, diversificação dos negócios locais, aumento da atividade comercial local; aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, diversificação da produção industrial local e consolidação da cadeia produtiva da soja

Empregos gerados ou mantidos: gerados 50 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01247

Valor da Operação: R\$ 12.994.802,06

Finalidade: Financiar a aquisição de nova caldeira geradora de vapor, picador de lenha, construção de câmara fria de estocagem e aquisição de conjunto de incubadoras e nascedouros para o incubatório

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias; criação de alternativa para a melhoria da renda familiar; inclusão de pequenos produtores rurais e de trabalhadores rurais no processo produtivo da agroindústria nacional, aumento na geração de riqueza regional e aumento na produção de alimentos

Empregos gerados ou mantidos: gerados 435 novos empregos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16343

Valor da Operação: R\$ 5.589.488,00

Finalidade: implantação de avicultura

Município: Laguna Carapã (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria e aumento na produção de alimentos

Empregos gerados ou mantidos: 20 novos empregos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16587

Valor da Operação: R\$ 1.582.149,39

Finalidade: implantação de avicultura

Município: Dourados (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria

Empregos gerados ou mantidos: 80 novos empregos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16322

Valor da Operação: R\$ 3.303.234,70

Finalidade: implantação de avicultura

Município: Douradina (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria

Empregos Gerados: 10 novos empregos

g) projetos dos setores comercial e de serviços

No exercício de 2015, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 1.442,4 milhões, correspondentes a 81,4% dos recursos previstos para o exercício na Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços o (R\$ 1.772,8 milhões).

Quadro 25 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços

(R\$ mil)

	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício (a)	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825
Contratado no exercício de 2015 (b)	402.894	394.618	314.561	330.331	1.442.404
% de Atingimento (b/a)	68,6	90,3	101,1	75,6	81,4

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

De acordo com as observações da Nota 2 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015, a assistência aos setores de serviços de saúde será no mínimo de 20% dos recursos previstos em cada UF para os setores comercial e de serviços.

No exercício de 2015, a assistência aos setores de serviços de saúde ultrapassou a meta o mínimo de 20%, atingindo 43,7% dos recursos previstos (R\$ 1.772,8 milhões) e 53,7% do contratado (R\$ 1.442,4 milhões).

Quadro 26 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde

(R\$ mil)

	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos com. e serv. no exercício (a)	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825
Limite para assist. serviços de saúde no exercício (b)	117.533	87.396	62.239	87.396	354.565
Contratado no exercício de 2015 (c)	175.714	242.243	117.805	239.030	774.792
% de Atingimento (c/b)	149,5	277,2	189,3	273,5	218,5

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

h) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada:

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, a estimativa de aplicação dos recursos o FCO, no exercício de 2015, para o financiamento de projetos de irrigação é de no mínimo 2% dos recursos previstos no exercício (R\$ 120,5 milhões).

No exercício de 2015 foram contratadas 7 operações no valor de R\$ 3,5 milhões, que equivale a 2,9% das estimativas de aplicações dos recursos nesse segmento para o exercício de 2015.

Consoante informações prestadas no Relatório Circunstanciado, embora o resultado esteja aquém da previsão da Programação, o Banco do Brasil esclarece que tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes do desenvolvimento da agropecuária irrigada a fim de dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.

i) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):**

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica.

O quadro abaixo apresenta o resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade:

Quadro 27 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Área	Qtde	Valor	Previsto	R\$ milhões
				% dos recursos previstos
Municípios da Faixa de Fronteira	10.350	R\$ 968,70	R\$ 1.169,30	82,8
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	6.248	R\$ 597,50	R\$ 512,30	116,6
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	32.304	R\$ 2.703,70	R\$ 3.435,60	78,7
Municípios Goianos integrantes da Ride	5.928	R\$ 236,60	R\$ 174,80	135,4

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

7. PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) o Relatório Circunstanciado apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no exercício de 2015, **com parecer** da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) **favorável à sua aprovação**.

Considerando as análises e as considerações registradas no presente Parecer e com o objetivo de aprimorar a gestão do Fundo, sugerimos ao Condel recomendar:

- a) ao Banco do Brasil S.A., ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envidem esforços para:
 - estabelecer metas e indutores de comportamento para as agências incrementarem as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Condel (item 3.1 retro);
 - adotar medidas objetivando a indução de novas operações, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades definidas nos normativos em vigor (alíneas “c” e “h” do item 6.1 retro); e

Para tratamento da recomendação, as instituições financeiras operadoras do Fundo avaliarão a conveniência e a oportunidade de propor parcerias ou buscar apoio ou promover articulações com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, ou com outros órgãos e entidades com atuação relevante para o desenvolvimento regional.

Sugerimos ao Condel, ainda, estabelecer o prazo de até 30 dias, a contar da publicação da Resolução que aprovar o Relatório, para que as Instituições Financeiras enviem à Secex, do Conselho, plano de providências para tratamento das recomendações, conforme modelo a seguir:

MODELO DE PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Parecer do FCO, referente ao exercício de ____

Resolução Condel/Sudeco n.º _____, de ____.

Instituição Financeira Operadora: _____

1. Recomendação 1: (registrar a recomendação constante da Resolução Condel/Sudeco)

1.1. Providências a serem implementadas (discorrer sobre a forma de implementação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento).

1.2. Prazo: ____.

2. Recomendação 2: (registrar a recomendação constante da Resolução Condel/Sudeco)

2.1. Providências a serem implementadas (discorrer sobre a forma de implementação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento).

2.2. Prazo: ____.

Assinatura
(Nome e Cargo)

Cleber Ávila
Superintendente
Secretário-Executivo do CONDEL/SUDECO



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
PRESIDÊNCIA DO CONDEL/SUDECO**

RESOLUÇÃO N.º 50/2016, de 06 de julho de 2016

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO FCO.
- Exercício de 2015.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 58, torna público que, em sessão da 5ª Reunião Ordinária realizada em 06.07.2016, em Brasília (DF) o Colegiado resolveu aprovar o Relatório Circunstanciado de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao exercício de 2015, acompanhado do Parecer Condel/Sudeco n.º 07/2016, de 08.06.2016 e com ajustes sugeridos em reunião de Comitê Técnico realizada no dia 23.06.2016, recomendando às Instituições Operadoras do Fundo a adoção das providências a seguir:

a) ao Banco do Brasil S.A., ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envidem esforços para:

- estabelecer metas e indutores de comportamento para as agências incrementarem as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Condel (item 3.1 retro);
- adotar medidas objetivando a indução de novas operações, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades definidas nos normativos em vigor (alíneas “c” e “h” do item 6.1 retro); e

2. As Instituições Operadoras do FCO terão o prazo de até 30 dias, a contar da publicação desta Resolução, para enviar à Secretaria-Executiva do Conselho plano de providências para tratamento das recomendações, conforme modelo constante do item 7 do Parecer Condel/Sudeco n.º 07, de 08.06.2016.

Brasília (DF), 06 de julho de 2016.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO
Presidente do CONDEL/SUDECO



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
PRESIDÊNCIA DO CONDEL/SUDECO**

RESOLUÇÃO N.º 50/2016, de 06 de julho de 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO DO FCO.

- Exercício de 2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 58, torna público que, em sessão da 5ª Reunião Ordinária realizada em 06.07.2016, em Brasília (DF) o Colegiado resolveu aprovar o Relatório Circunstanciado de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao exercício de 2015, acompanhado do Parecer Condel/Sudeco n.º 07/2016, de 08.06.2016 e com ajustes sugeridos em reunião de Comitê Técnico realizada no dia 23.06.2016, recomendando às Instituições Operadoras do Fundo a adoção das providências a seguir:

- a) ao Banco do Brasil S.A., ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envidem esforços para:
- estabelecer metas e indutores de comportamento para as agências incrementarem as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Condel (item 3.1 retro);
 - adotar medidas objetivando a indução de novas operações, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades definidas nos normativos em vigor (alíneas “c” e “h” do item 6.1 retro); e
2. As Instituições Operadoras do FCO terão o prazo de até 30 dias, a contar da publicação desta Resolução, para enviar à Secretaria-Executiva do Conselho plano de providências para tratamento das recomendações, conforme modelo constante do item 7 do Parecer Condel/Sudeco n.º 07, de 08.06.2016.

Brasília (DF), 06 de julho de 2016.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO
Presidente do CONDEL/SUDECO